

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
CENTRO DE ENSINO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS-CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA-DHG
CURSO DE HISTÓRIA

RAYANNE SILVA CORRÊA

**POBREZA E DESLOCAMENTOS NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO
(2012-2017): estudo de caso no Município de Arari-MA.**

São Luís
2019

RAYANNE SILVA CORRÊA

**POBREZA E DESLOCAMENTOS NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO
(2012-2017): estudo de caso no Município de Arari-MA.**

Monografia apresentada ao curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,
para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Prf^a. Dr^a Helidacy Maria Muniz
Corrêa.

São Luís
2019

Corrêa, Rayanne Silva.

Pobreza e deslocamentos no Maranhão Contemporâneo (2012-2017): estudo de caso no Município de Arari- MA / Rayanne Silva Corrêa. – São Luís, 2019.

83f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Helidacy Maria M. Corrêa.

1. Pobreza. 2. Políticas Públicas. 3. Deslocamentos. 4. Arari-MA I. Título

CDU369.011.4:314.727.2(812.1Arari)“2012-2017”

RAYANNE SILVA CORRÊA

**POBREZA E DESLOCAMENTOS NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO
(2012-2017): estudo de caso no Município de Arari-MA.**

Monografia apresentada ao curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA para
obtenção do grau de licenciatura em História.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Helidacy Maria Muniz Corrêa (UEMA)
(Orientadora)

Prof^o. Dr^o José Arilson Xavier de Souza (UEMA)

Prof^o.Dr^o Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (UEMA)

São Luís
2019

A Deus, criador de todas as coisas, tudo tem sido por Ele e para Ele. A minha família que por anos tem investido na minha educação, abrindo mão dos seus desejos e sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir trilhar esse caminho de quatro anos e meio de muito aprendizado e muita felicidade ao longo do caminho;

A Minha família, que sempre me deu suporte necessário para que eu tivesse bom desempenho nos estudos, chegando a abrir mão dos seus projetos e sonhos para que eu e meus irmãos tivéssemos oportunidades;

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, sobretudo ao meu curso de HISTÓRIA que se tornou um divisor de águas na minha vida; permitindo-me ter a certeza sobre o meu futuro profissional e me deu de presente pessoas maravilhosas;

Aos excelentes professores e profissionais que tive a oportunidade de conhecer dentro dessa instituição, vocês sem dúvida me inspiraram através da paixão e amor pelo conhecimento histórico; tive sem dúvida os melhores professores do Mundo;

A Minha Orientadora e Amiga Pr^{fa}.Dr^a Helidacy Maria Muniz Corrêa, saiba que carrego grande admiração por você; obrigada por me receber em sua casa e prover todos os meios para que eu obtesse êxito na conclusão deste trabalho;

Ao grupo de Pesquisa MAREGRAM – Núcleo de Estudos sobre Maranhão Colonial, e ao Laboratório de estudos interdisciplinares Coloniais e Contemporâneos – LEICC;

Aos “Trecheiros” de Arari, por compartilharem suas trajetórias e memórias comigo, em especial ao Edmilson e toda sua família que me acolheram de forma gentil para que o estudo fosse realizado;

A Pró Reitoria de Graduação – PROG, por ser o primeiro espaço de trabalho e estágio que eu tive a felicidade de adentrar, foram dois anos de muito conhecimento adquirido e que com certeza servirão para o meu aprimoramento como profissional.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, por ser o meu segundo espaço de trabalho e estágio do qual terei sempre orgulho de ter vivenciado;

Aos meus amigos, que trilharam essa jornada junto comigo, agradeço a todos vocês que fizeram parte da turma 2015.1, vocês tem parte significativa na minha formação, em especial agradeço a Ana Mendes, Nailza, Milca, Osmarina, Janice, Kenilson, Stherlany, Liana e Gabriel;

A Toda direção do Curso de História da UEMA, vocês são extraordinários.

RESUMO

Esta pesquisa trata da pobreza e dos deslocamentos no Estado do Maranhão, entre 2012 a 2017. O Estado do Maranhão ao longo dos anos ocupou papel negativo no que diz respeito à pobreza no país. Vários institutos de mensuração apontavam e apontam índices negativos que colocam o Estado como pior em desenvolvimento e profundamente marcado pelas desigualdades sociais. O presente trabalho analisou os sentidos atribuídos à pobreza e identificou algumas das políticas públicas empreendidas entre os anos de 2012 a 2017 a partir de um estudo de caso do município de Arari –MA. A finalidade foi compreender os deslocamentos dos trabalhadores denominados “trecheiros” do município de Arari-MA em busca de trabalho situados em outros estados e cidades do Brasil. Com base nos testemunhos dos “trecheiros”¹ identificou-se as motivações para saída dessas pessoas, considerando os aspectos socioeconômicos do município e os índices que caracterizam a pobreza na região. Além das fontes orais, usou-se como referências, os relatórios publicados pelo IBGE (2010), IMESC, PNUD.

Palavra-chave: Pobreza. Políticas Públicas. Deslocamento. Arari-Maranhão.

¹“Trecheiros” Termo utilizado para designar aqueles trabalhadores que andam no “trecho” em busca de emprego.

ABSTRACT

This paper deals with poverty and displacement in the State of Maranhão, between 2012 and 2017. The State of Maranhão has played a prominent role in the country's poverty. Several measurement institutes pointed out negative indicators that put the state as worse in development and deeply marked by social inequalities. The present study analyzed the meanings attributed to poverty and identified some of the public policies undertaken between the years 2012 to 2017 based on a case study of the municipality of Arari -MA. The purpose was to understand the movement of workers called "trecheiros" from the municipality of Arari-MA in search of work located in other states and cities of Brazil. Based on the testimony of the "trecheiros", the motivations for their departure were identified, considering the socioeconomic aspects of the municipality and the indices that characterize poverty in the region. In addition to oral sources, the reports published by IBGE (2010), IMESC, UNDP, were used as references.

Keyword: Poverty. Public policy. Displacement. Arari-Maranhão.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01:** Resumo dos fatores considerados pelo PNUD para cálculo do IDHM
- Tabela 02:** Resumo dos fatores considerados pelo PNUD para cálculo do IDH Global
- Tabela 03:** Manchetes por ano sobre a Pobreza no Estado do Maranhão/Jornal O Estado
- Tabela 04:** Manchete e Conteúdos das reportagens do Jornal O Estado do ano de 2012
- Tabela 05:** Os números do País
- Tabela 06:** Ranking dos 30 municípios do Maranhão com menor IDHM

LISTA DE SIGLAS

ACD: Análise Crítica do Discurso

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

FJP: Fundação João Pinheiro

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMESC: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ODS: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU: Organização das Nações Unidas

PBSM: Plano Brasil sem Miséria

PIB: Produto Interno Bruto

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC: Poder de Paridade de Compra

RDH: Relatório de Desenvolvimento Humano

SEDIHPOP: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. A POBREZA CONTEMPORÂNEA COMO OBJETO DE ESTUDO DO HISTORIADOR	15
1.1. Pobreza como objeto de estudo da História.	15
1.2 A pobreza contemporânea: conceitos	20
1.3. Trajetória do Pensamento científico	23
CAPÍTULO 2. POBREZA E SUAS EXPRESSÕES	27
2.1. Pobreza Multidimensional.....	27
2.2 A Mensuração da Pobreza no Brasil.....	29
2.2.1 <i>Linha de Pobreza</i>	30
2.2.2 <i>Indicadores Multidimensionais</i>	32
2.3. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.....	34
2.4. Índice de GINI.....	36
CAPÍTULO 3. POBREZA NO MARANHÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE 2012 a 2017.	37
3.1 A visão sobre o Maranhão pobre na Imprensa escrita local	38
3.2. Pobreza no Maranhão	46
3.3 Plano Mais IDH.....	52
3.4. Plano Estadual de erradicação da pobreza extrema.....	55
CAPÍTULO 4. POBREZA E DESLOCAMENTOS NO MUNICÍPIO DE ARARI/MA – Estudo de Caso	58
4.1 Os Sentidos de Deslocamentos.....	58
4.2 Arari e a História Local	64
4.3 Os “Trecheiros” de Arari e suas Trajetórias.....	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6. REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

O Presente estudo trata da pobreza e deslocamentos no Maranhão entre os anos de 2012 a 2017 a partir do estudo de caso realizado no município de Arari-MA. É resultado de pesquisa desenvolvida a partir do projeto *Brasil Profundo: cartografia histórica da pobreza no Maranhão colonial / contemporâneo: estudo comparado*, coordenado pela Professora Doutora Helidacy Maria Muniz Corrêa. No trabalho buscamos evidenciar a pobreza do ponto de vista multidimensional e as políticas públicas empreendidas dentro do Estado; Identificando os sujeitos que se relacionam com o tema e saem do seu lugar de origem em busca de emprego.

O Estado do Maranhão tem se destacado no cenário nacional como um dos estados mais pobres da federação, com maior concentração de renda, menor renda per capita e profundamente marcado pela desigualdade social; a mensuração destes dados ganha maior relevância a partir dos estudos desenvolvidos por diversas organizações nacionais e internacionais, instituições que buscam evidenciar dados quantitativos e fatores que configuram o aspecto de pobreza.

Desde a década de 1980 a 1990, encontram-se no estado grande número de trabalhadores rurais deslocando-se para grandes centros urbanos em busca de melhoria na qualidade de vida, impulsionados principalmente pela falta de condições dentro da sua localidade; esse fenômeno agravou-se a ponto de se estender para as médias cidades do Estado. No município de Arari – MA, de acordo com o último censo demográfico realizado no ano de 2010,² da população de 28.488 habitantes, estima-se que cerca de 60% dos trabalhadores realizam deslocamentos, ou seja, saem de Arari para trabalhar em outros estados e cidades do Brasil; esse movimento é caracterizado principalmente pela saída e retorno em curtos períodos de tempo.

Compreendendo, portanto, o fenômeno da pobreza a partir da perspectiva multidimensional buscou-se nesta pesquisa analisar sua manifestação através das várias dimensões que caracterizam o fenômeno, especialmente no modo em que os sujeitos se relacionam com a questão, sendo uma expressão da pobreza.

A Pesquisa, nesse sentido, pretende fazer um mapeamento deste processo, identificando o perfil desses trabalhadores, suas relações interpessoais e a falta de oportunidades no Município de Origem; destacando a princípio a experiência do

²INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo Demográfico, 2010; p.120

Município de Arari-MA. Faremos um estudo de caso a respeito da condição de vida dessas pessoas utilizando a análise de documentos produzidos com os principais indicadores socioeconômicos do Estado.

Nesse sentido temos os documentos produzidos pelo IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, IPEA – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Atlas de Desenvolvimento Humano de Arari produzido pelo PNUD com Dados do Censo de 2010.

Para melhor compreensão da vivência dos trabalhadores que realizam ou já realizaram deslocamentos, optamos por realizar entrevistas que serão analisadas a partir da perspectiva dos estudos da História Oral, (como importante documento sobre as ações vivenciadas pelos sujeitos em determinado tempo).

Realizamos esse estudo lançando luz nos anos de 2012 a 2017, momento em que se dá importante rompimento do ponto de vista político ideológico, com o fim do mandato da Governadora Roseana Sarney e o Início do Mandato do Governador Flavio Dino no ano de 2015; conseqüentemente observaremos significativas mudanças na maneira como o fenômeno da pobreza é percebido dentro do estado.

Por isso, no primeiro capítulo faremos uma identificação sobre os principais estudos contemporâneos a respeito da pobreza; a princípio destacaremos como esse tema pode ser importante objeto de estudo dentro da História, buscando identificar principalmente o modo como os sujeitos se relacionam com o tema, uma vez que são expressões dessa realidade; ainda nesse capítulo faremos uma breve análise a respeito da trajetória do ponto de vista científico sobre a pobreza.

No segundo capítulo, falaremos sobre as expressões e dimensões em que a pobreza se manifesta, destacando o conceito de pobreza multidimensional e os principais meios de mensuração da pobreza na contemporaneidade.

No terceiro capítulo, buscamos identificar as principais políticas públicas empreendidas entre os anos de 2012 a 2017 no combate a pobreza dentro do Estado; nesse sentido destacamos o Plano Mais IDH e o Plano Estadual de Combate a Pobreza.

No Quarto e último capítulo, demonstraremos os principais resultados alcançados a partir do estudo de caso e da análise de entrevistas realizadas no município de Arari-MA com 17 trabalhadores que já realizaram e ainda realizam o processo de deslocamento; identificando principalmente a condição socioeconômica do município, sua história e os sentidos de deslocamentos.

Dito isso, Esperamos que esta pesquisa sirva como importante material para população maranhense e para população acadêmica, por se tratar de um estudo que busca evidenciar o papel histórico dos sujeitos que se relacionam com a pobreza, contribuindo dessa maneira para que haja mais estudos do ponto de vista histórico sobre a pobreza e, conseqüentemente auxiliando o Estado com material elaborado sobre o Tema.

CAPÍTULO 1. A POBREZA CONTEMPORÂNEA COMO OBJETO DE ESTUDO DO HISTORIADOR

A pobreza é um fenômeno social multidimensional e, portanto, tem sido abordada a partir de várias áreas do conhecimento. Nos últimos anos, diversas foram as publicações de artigos, revistas e relatórios contendo informações e modos de mensuração do fenômeno, principalmente a partir do viés das ciências humanas e ciências sociais. Esses estudos frequentemente são interpretados com base em abordagens teóricas e procedimentos empíricos que podem contribuir tanto para compreensão da pobreza quanto para o desenvolvimento de ações que tenham por objetivo a erradicação ou, pelo menos, a minimização dos efeitos da pobreza na população.

Tratar esse tema, a partir da abordagem histórica, talvez consista em grande desafio, uma vez que procuramos mais do que elaborar uma linha explicativa ao longo do tempo, mas relacionar os sujeitos *pobres* enquanto participantes da História, analisar suas ações e, principalmente, como o fenômeno da pobreza tem impactado seu modo de viver e de se relacionar enquanto indivíduos e coletivamente.

Para tanto, nós buscamos ao longo deste capítulo problematizar a pobreza enquanto categoria analítica e teórico-conceitual a partir da análise dos estudos publicados sobre o tema e mesmo sobre a relação condicional que os sujeitos desempenham, uma vez que estão inseridos nesse contexto. Começaremos identificando como as questões sociais, os novos objetos e as novas concepções possibilitaram ao campo historiográfico a expansão das áreas a serem investigadas dentro do campo da História.

Em seguida, destacaremos alguns estudos realizados mais recentemente a respeito dos conceitos da pobreza. Por fim, analisaremos as formas de medir que quantificam e qualificam a pobreza, no âmbito internacional e nacional, com base nos indicadores utilizados para identificar quais situações que caracterizam a pobreza e as dimensões que precisam ser melhoradas para se propor políticas públicas de enfrentamento ao fenômeno.

1.1. Pobreza como objeto de estudo da História.

Em seu Livro *Apologia da História ou o ofício de Historiador*, Marc Bloch, historiador da *Escola dos Annales* destaca a importância de sabermos, enquanto historiadores, observar a evidência da diversidade dos fatos humanos, evidenciando-nos que a realidade humana é múltipla e diversa e sempre será campo vasto de investigação. Para ele, para que seja feita ciência, sempre será necessário duas condições: uma realidade, mas também homens.³ Nesse sentido, cabe ao historiador a escolha dos fatos e suas respectivas análises.

Dito isto, evidencia-se que na revolução historiográfica efetivada pelos *Annales*⁴ novas abordagens e objetos de estudo deveriam compor o campo de análise e investigação do historiador, necessitando criar novos campos da História para abarcar os diversos temas que até então não eram estudados. Desde então, o historiador tenta se afastar da historiografia factual, cujos espaços eram reservados para temas até então relacionados à política ou a narração de grandes feitos e acontecimentos da humanidade.

Peter Burk,⁵ no Livro *A Escrita da História: novas perspectivas*; também destaca que, na última geração, o universo de historiadores se expandiu de maneira acelerada. Em seu livro publicado no ano de 1992, ele destaca que novos campos de pesquisa começaram a emergir; cada um condicionado a uma vertente específica de análise. Normalmente patrocinados por publicações especializadas.

Nesse mesmo contexto, para Burke, há uma necessidade de orientação diante de um grande universo que ao mesmo tempo em que se expande se fragmenta. Torna-se importante identificar o que seria então a chamada Nova História.⁶ Será que, de fato, configura-se como algo novo? Em seu livro, o autor responde que o termo é mais bem conhecido na França, onde foi lançado como título de uma coleção de ensaios por Le Goff. Um dos mais importantes pontos a se destacar seja, talvez, o crescente interesse dessa abordagem por toda atividade humana.⁷

³BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O Ofício de historiador*. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.128

⁴Ver mais sobre o movimento: BURK, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929- 1989)*. Tradução por Nilo Odália. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

⁵BURK, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In. *A Escrita da História: novas perspectivas*/ Peter Burke (org.); Tradução de Magda Lopes – São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 7

⁶LE GOFF, Jaques et al. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.30

⁷BURK. Op. Cit., p.11

Le Goff, posteriormente, também vai auxiliar na publicação de novos ensaios de três volumes acerca de ‘novos problemas’, ‘novas abordagens’ e ‘novos objetos’.⁸ O que chama atenção nesse cenário é a gradual transformação que a historiografia passou nos últimos anos, especialmente, na virada do século XIX para o Século XX, contrapondo-se, sobretudo, à história positivista, até então grandemente disseminada. Diante dessa transformação, observamos que se tornou importante a investigação sobre aspectos ainda não explorados na História.

Com esses novos preceitos visavam explorar experiências históricas até então ignoradas; considerando assim toda ação humana no presente ou passado, inclusive as descobertas feitas por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos sobre a humanidade.⁹ Observamos que nessa perspectiva busca-se uma postura adequada a interdisciplinaridade.

Para Ronaldo Vainfas,¹⁰ a Nova História consiste em uma categoria que problematiza a questão social, dando visibilidade às massas anônimas, seus modos de viver, pensar, fazer, sentir. Ou seja, temas como desigualdades sociais, precarização das relações do trabalho, pobreza e riqueza seriam facilmente enquadradas como objetos de investigação da História. Diante dessa nova percepção dos objetos da História, compreendemos que a abrangência temática passou também para todo campo da história, ampliada pela variedade de documentos agora considerados históricos. Desse modo:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem.¹¹

A partir do fragmento observamos que a preocupação passou a considerar novas fontes e documentos que pudessem dar testemunhos dos fatos históricos, abrindo espaço

⁸LE GOFF Apud Ibid., p.9

⁹BURK, Id. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929- 1989)*. Tradução por Nilo Odália. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, p.13

¹⁰VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: FALCON, Francisco José Calazans. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

¹¹LE GOFF, Jaques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.28-29.

para uma variedade de textos imagéticos, iconográficos e orais, e outros tantos vestígios deixados pela ação humana que pudessem servir de testemunho para contar a história da humanidade.

Na Inglaterra, um dos mais importantes historiadores que se preocupou em dar voz aos sujeitos tidos como “marginalizados” na sociedade Inglesa foi Edward Palmer Thompson. Seus estudos se concentram, sobretudo, nas dinâmicas sociais da Inglaterra, no século XVIII, com temas tais como: classe operária, revolução industrial, as revoltas populares, as classes subalternas, dentre outros, sempre evidenciando os sujeitos como autores e partícipes da história, a partir de uma perspectiva que valoriza os sujeitos dos mais baixos extratos sociais.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ [...] Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não.¹²

Diante do exposto, observamos que a historiografia passou por mudanças estruturais e significativas no que diz respeito ao modo de pensar e fazer História. Por isso, para nós, ressaltar as novas abordagens e novos objetos de estudo que surgiram a partir de grandes transformações dentro do contexto social é um esforço de lembrar que foram justamente essas mudanças que possibilitaram um maior número de fontes materiais, imateriais, assim como situações de pobreza do presente ou do passado sujeitas a serem observados por historiadores.

No Brasil, a partir das décadas de 1970 e 1980, historiadores começaram a experimentar novas abordagens e investigações, em uma conjuntura na qual a sociedade adepta das grandes mobilizações que clamavam, sobretudo, pelo fim da Ditadura Militar e pela redemocratização do País.¹³ Observamos, nesse contexto, crescentes movimentos sociais que, articulados, reivindicavam as pautas de suas bandeiras.

¹²THOMPSON, E. P. Prefácio. In: THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução Denise Bottman. V. 1. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 13

¹³MACEDO, Francisco Barbosa de. *O (re) fazer-se da historiografia: A Obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002)*. São Paulo, 2017, p. 147

A pobreza, contudo, como fenômeno há muito persistente na sociedade ainda não encontrava espaço, pelo menos, não expressivamente, nos estudos históricos. Apesar das transformações, poucos são os estudiosos que se dedicaram a compreensão do tema, deixando-o para ser analisado a partir do campo econômico e das ciências sociais. Encontramos diversos trabalhos escritos por economistas e sociólogos, preocupados, sobretudo, com o avanço da pobreza no Brasil na década de 1990, período em que o país passou por grande crise econômica: “Os movimentos internacionais ocorridos durante a década de 90 impactou sensivelmente o desempenho da economia brasileira”¹⁴. Esses estudos vêm ganhando novas abordagens interpretativas, sobretudo, por se apresentar em oposição à persistência do fenômeno frente a um cenário caracterizado por profundas transformações que ao longo de décadas colocou a sociedade nos moldes da industrialização, urbanização e modernização institucional. Nesse sentido, a socióloga Vera da Silva Teles caracteriza a pobreza contemporânea como um ponto cego, como podemos observar no fragmento.

A pobreza atual arma um novo campo de questões ao transbordar dos lugares nos quais esteve ‘**desde sempre**’ configurada: nas franjas do mercado de trabalho, no submundo do mercado informal, nos confins do mundo rural, num Nordeste de pesada herança oligárquica, em tudo o mais, enfim, que fornecia (e ainda fornece) as evidências da lógica excludente própria das circunstâncias históricas que presidiram a entrada do país no mundo capitalista. De fato, ao lado da persistência de uma pobreza de raízes seculares, a face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país.¹⁵

A pobreza é, portanto, fruto de um legado que acompanha a história do país e tem sido explorada em diferentes discursos políticos ao longo da história, interagindo com inúmeras formas de desigualdade existentes no Brasil. Tais estudos tendem a abordar a temática a partir de suas metodologias acadêmicas, não necessariamente, preocupados em destacar as evidências e sujeitos históricos que se relacionam com a temática. A pobreza, enquanto objeto de estudo da História, ainda necessita de mais atenção, sobretudo, para se relacionar a situação dos sujeitos, evidenciando seu papel histórico. No Brasil, historiadores que trabalham a partir do campo da História Social

¹⁴FILGUEIRAS, 2006, p.117 apud JESUS, L. Q, ARAUJO, R, GUSMÃO, S. *Uma análise da economia brasileira nas décadas de 1990 e 2000 – os impactos e ressonâncias da economia internacional no Brasil*. 2011, p. 5

¹⁵TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP/Ed.34, 2001, p.1, grifo nosso.

abordam diversos temas importantes para nosso país, porém, poucos são os que se dedicam ao tema como objeto de estudo.¹⁶

Tal situação nos impõe que avancemos neste estudo com uma incursão, ainda que preliminar, sobre a pobreza enquanto campo histórico para entendermos as motivações sociais da pobreza e os comportamentos individuais e coletivos dos pobres.

1.2 A pobreza contemporânea: conceitos

Nesse tópico, começaremos por destacar os principais conceitos sobre a pobreza no mundo contemporâneo e posteriormente identificando as formas de mensuração do fenômeno tanto nacionalmente como internacionalmente; destacando os principais indicadores que, hoje, fornecem dados para se pensar políticas públicas de combate ao fenômeno.

Ao longo dos tempos, muitos foram os estudos realizados para dimensionar ou mesmo conceber um conceito que defenderia a concepção da pobreza. Com grandes transformações ao longo dos séculos, as sociedades sempre se relacionaram de diferentes formas com o fenômeno. Apesar das múltiplas interpretações da pobreza desde a Antiguidade, neste trabalho nos deteremos nos estudos mais recentes sobre o tema.

Segundo Maria Ozanira Silva e Silva, do ponto de vista conceitual as abordagens sobre a pobreza podem ser vistas de diferentes formas, a depender das representações sociais vigentes em determinado período. Tais explicações se enquadram nas interpretações gerais da pobreza, baseando-se, via de regra, em fatores determinantes que evidenciam o fenômeno. Trata-se das abordagens *culturalistas* da pobreza, as abordagens *estruturais* da pobreza, as abordagens *liberal/neoliberal* da pobreza e a abordagem que situa o fenômeno enquanto *multidimensional e Relativo*.¹⁷

A base das interpretações culturalistas da pobreza sugerem que o fenômeno possua caráter interno e inerente ao ser humano, possuindo desta maneira valores comportamentais e valorativos que caracterizariam uma cultura da pobreza. Nessa

¹⁶Na área da História do Maranhão, atualmente, professora Helidacy Corrêa desenvolve amplo projeto sobre a pobreza no Maranhão, cuja finalidade é realizar uma análise comparada, na longa duração, entre a pobreza do passado e a contemporânea. Este estudo e o trabalho monográfico da aluna Janice Machado sobre a Santa Casa da Misericórdia no Maranhão Colonial são os primeiros resultados dessa investigação.

¹⁷SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva. *Pobreza e suas diferentes expressões: questões teórico-conceituais e empíricas*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza*, 2013.

perspectiva, é concebido que o fator cultural seja um determinante da pobreza no Mundo Moderno. Entre os principais expoentes desta análise interpretativa, destaca-se o autor Oscar Lewis,¹⁸ Para quem,

A cultura da pobreza é ao mesmo tempo, uma adaptação e uma reação dos pobres à sua posição marginal em uma sociedade de classes estratificada, extremamente individualiza e capitalista. Representa um esforço para combater os sentimentos de desespero que surgem quando os pobres compreendem o quanto é improvável que tenham êxito concebido segundo valores e objetivos da sociedade em que vivem. (...). A cultura da pobreza não é somente uma adaptação a uma série de condições objetivas do conjunto da sociedade. Uma vez que se manifeste, tende a se perpetuar de geração em geração, em razão do efeito que produz nas crianças. Quando as crianças dos cortiços atingem seis ou sete anos, em geral já assimilaram os valores básicos e os hábitos de sua sub-cultura, e não se encontram em condições psicológicas para aproveitar plenamente a evolução ou os progressos possíveis de acontecer durante sua vida.¹⁹

Tal perspectiva considera que a pobreza consista em efeito que se perpetua através de geração a geração, e que, portanto, tem suas raízes na própria condição individual do sujeito, cujo resultado se percebeu através da falta de participação efetiva dos ‘pobres’ nas instituições sociais ou mesmo na integração de políticas de valorização do trabalho e do trabalhador. Esta abordagem é compartilhada por cientistas sociais liberais e conservadores e, ao longo da década de 1970 transformou-se num *conceito conservador*, servindo para justificar instrumentos e políticas punitivas para o enfrentamento da pobreza.²⁰

Na perspectiva das abordagens estruturais da pobreza observamos que o contexto sócio ambiental dos sujeitos tem a capacidade de interferir determinadamente na sua condição social. Consequentemente na sua condição de pobreza. Segundo a autora Maria Ozanira Silva, este tipo de categoria analítica tem seus fundamentos no campo do marxismo, uma vez que o fenômeno pode ser observado a partir do meio de produção capitalista.²¹

¹⁸Antropólogo Americano, Defensor da Cultura da Pobreza.

¹⁹LEWIS, 1993 Apud Ibid; p.40. Grifo nosso.

²⁰Ibid., p. 23

²¹SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva. *Pobreza e suas diferentes expressões: questões teórico-conceituais e empíricas.* In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza*, 2013

A exploração inerente ao sistema de produção capitalista tem seus fundamentos na separação do trabalhador dos meios de produção, uma vez que busca concentrar a propriedade nas mãos de poucos. Assim, são estabelecidas relações sociais que atingem grande parcela do proletariado que, sem meios de trabalho ou na precarização do mesmo, acabam por se sujeitar a situações de insuficiência econômica.²²

Nessa abordagem, as desigualdades sociais funcionam como consequência do modelo de produção. Uma vez adotado, faz-se necessário que sejam mantidos, pois se constituem como a base do modelo econômico da sociedade. Ainda nesse contexto, a superação da pobreza implicaria na própria superação do sistema capitalista.²³

As abordagens liberal/neoliberal da pobreza têm como base explicativa a identificação das causas da pobreza no próprio indivíduo, sendo o mercado consumidor o espaço natural para superação e satisfação das necessidades econômicas e sociais. Tal abordagem se configura, hoje, na identificação da meritocracia. Segundo Salama e Valier,²⁴ esse modelo liberalista se caracteriza como um modo de pensar que confere ao mercado um papel determinante na formação, organização e evolução das relações sociais, uma vez que acaba interferindo determinadamente na sociedade.

O neoliberalismo, ao difundir esse modelo explicativo, centra seus esforços nas “liberdades individuais”, cuja mola propulsora aposta no livre mercado e no exercício das liberdades individuais, sem interferência do Estado ou Organizações sociais. Vale ressaltar que vários estudiosos consideram o neoliberalismo como conceito bastante modificado ao longo do tempo²⁵ e que, para tanto, seus princípios adotam diferentes características interpretativas. Em suma, a ideia central que permanece é a de interferência mínima do Estado e o livre predomínio do mercado. Portanto, de acordo com Maria Ozanira Silva;

A matriz liberal-neoliberal propõe cortes no gasto social, com desativação dos programas sociais públicos, devendo o Estado restringir sua ação social a programas assistenciais, focalizados na pobreza, em complementação às ações da comunidade. A satisfação de necessidades econômicas e sociais deve, por conseguinte, ser buscada no âmbito do mercado livre.²⁶

²²Ibid; p.23

²³Ibid., p. 43

²⁴SALAMA, P; VALIER. *Pauvreté et inégalités dans Le tiers monde*. Paris: La Découverte, 1994; p. 20

²⁵DRAIBE, Sônia Miriam. *Qualidade de vida e reforma de programas sociais: O Brasil no cenário latino-americano*. Lua Nova. São Paulo, n.31, p. 5-46, 1993.

²⁶SILVA, Op.Cit., p.50

A partir do exposto percebemos que os estudos sobre pobreza comportam uma concepção heterogênea e, que, os estudos interpretativos que fornecem conceitos e modos de compreendê-la são diferentes. Apesar de sabermos que historicamente os sujeitos sociais sempre se relacionaram com a pobreza, esse fenômeno se constituiu como objeto da investigação científica apenas em meados do século XIX, a partir das transformações das sociedades pré-industriais da América e Europa. A preocupação consistia em identificar fatos geradores da pobreza e medir seus níveis e impactos na sociedade, como destaca Luiza Codes:

A questão veio a se constituir em objeto de investigação científica a partir da Revolução Industrial, quando a preocupação em medir sua dimensão e compreender as suas causas passou a atrair a atenção de pesquisadores e governantes. Desde então, as acepções sobre o problema têm evoluído em direção a uma compreensão mais complexa sobre a matéria.²⁷

O objetivo era compreender quais fatores configuravam a pobreza. Uma vez identificados poderiam ser adotadas medidas que impactariam no combate ao fenômeno. Contudo, essa preocupação não é algo relativamente novo, ao contrário se constitui de um problema social que historicamente fez parte das sociedades e apenas se agravou com o advento do modelo capitalista nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental.²⁸

1.3. Trajetória do Pensamento científico

Observamos que os primeiros estudos científicos sobre o tema apontavam para uma expressão unilateral da pobreza, de modo que as primeiras concepções fundamentavam-se na *noção de subsistência*, sendo sua mensuração apreendida a partir da definição do critério da renda. Ou seja, as necessidades individuais somente seriam supridas a partir de uma determinada “quantidade” mínima para sobrevivência dos sujeitos. Assim, é importante considerar o sentido dado à subsistência

²⁷CODES, Luíza Machado de. *A Trajetória do Pensamento Científico sobre a Pobreza: em direção a uma visão Complexa*. Texto para Discussão, n. 1332, IPEA, 2008; p.07

²⁸CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

A idéia da “subsistência” foi cunhada na Inglaterra, por meio de um processo que pode ser demarcado em dois estágios. Em princípio, por volta dos anos 1890, em conjunção com pesquisas levadas a cabo por nutricionistas (...). Posteriormente, nos anos da Segunda Guerra Mundial, por intermédio de um relatório sobre segurança social feito por Sir William Beveridge, apresentado ao Parlamento Inglês, quando Winston Churchill encontrava-se na liderança do governo britânico.²⁹

Atualmente, a abordagem da *subsistência* é representada pelo modelo de pobreza absoluta³⁰ onde se destacam a natureza estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física. Dessa forma, este tipo de interpretação tende a permanecer “neutro”, pois não evidencia diretamente as causas da pobreza, apenas considera uma base mínima para sobrevivência do pobre, destacando que há uma quantidade de pessoas que não dispõem de recursos suficientes que atendam o mínimo para sobrevivência.³¹

Vale ressaltar que através desses modelos interpretativos, a pobreza era dimensionada a partir de fatores unidimensionais que levavam em consideração aspectos monetários da renda *per capita* e do produto interno bruto (PIB). A fim de contrapor esse modelo, Luiza Codes,³² destaca que diversos estudos entre as décadas de 1950 e 1970 buscaram evidenciar outra formulação sobre o tema, pautada na ideia das *necessidades básicas*, cuja abordagem evidenciava que o progresso social seria bem sucedido através da satisfação das necessidades básicas das pessoas por meio do crescimento econômico. Nessa perspectiva Sônia Rocha apresenta que a ideia de necessidades básicas corresponde a:

A ideia de necessidades básicas passa a conformar uma abordagem multifacetada da pobreza, incluindo dois grupos de elementos. Primeiro, um certo mínimo de requerimentos de uma família para

²⁹BEVERIDGE (1942) ApudCODES, Luíza Machado de. *A Trajetória do Pensamento Científico sobre a Pobreza: em direção a uma visão Complexa*. Texto para Discussão, n. 1332, IPEA, 2008; p.13

³⁰A Pobreza absoluta tem como critério de definição as funções fisiológicas, referindo-se a uma renda insuficiente para obter bens considerados essenciais. Ver SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O Debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais*. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.6, n.2, 2002; p. 72. Ver também ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

³¹SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva. *Pobreza e suas diferentes expressões: questões teórico-conceituais e empíricas*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza*; p.45

³²CODES, Luíza Machado de. *A Trajetória do Pensamento Científico sobre a Pobreza: em direção a uma visão Complexa*. Texto para Discussão, n. 1332, IPEA, 2008.

consumo privado: comida, abrigo, roupas, assim como mobílias e equipamentos. Segundo, o grupo de necessidades referentes aos serviços essenciais providos por e para a comunidade como um todo, como água potável, serviços sanitários, transporte público, saúde, educação e acesso à cultura.³³

Nessa perspectiva, observa-se que o conceito de necessidades básicas se apresenta como uma extensão do conceito de subsistência, uma vez que, também sugere os recursos mínimos para sobrevivência de uma pessoa ou núcleo familiar. Mas também já oferece indícios para se pensar em outras dimensões a serem sanadas para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

A restrição do conceito de pobreza à insuficiência de renda para satisfazer as necessidades individuais fortalece o argumento de que o crescimento nacional da riqueza material é suficiente para combater as situações de privação. Contudo, já se sabe que o crescimento econômico, apesar de necessário, não é o suficiente para o enfrentamento da pobreza.³⁴

Por outro lado, quanto mais o conceito se amplia em direção ao suprimento das necessidades básicas, (tais como saúde, bem-estar, realização das obrigações da família, cidadania, relações no trabalho e participação comunitária), mais se torna pertinente uma análise mais ampla e diversificada das diferentes situações que configuram a pobreza na sociedade. Dessa maneira, caminha-se para uma abordagem mais relativa e multifacetada da pobreza.

Ao Final do Século XX, conforme observa Talita Nascimento,³⁵ a pobreza já era evidente em vários países europeus, uma vez que o crescimento econômico não vinha acompanhado da redução das desigualdades sociais e da pobreza. Foi nesse mesmo contexto que o tema passou a ter importância relativa na pauta dos governos nacionais e nos debates acadêmicos.

Por fim, percebe-se que, ao longo dessa trajetória conceitual, as abordagens sobre a pobreza seguiram para uma terminologia ainda mais complexa. Nessa perspectiva, as discussões teóricas mais recentes tendem a reconhecer a pobreza enquanto categoria multidimensional. Hoje é consenso em diversos estudos que a

³³ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003; p. 20.

³⁴TOWNSEND, (1993) Apud CODES, Luíza Machado de. *A Trajetória do Pensamento Científico sobre a Pobreza: em direção a uma visão Complexa*. Texto para Discussão, n. 1332, IPEA, 2008; p.33

³⁵NASCIMNETO, Talita de Sousa. *Evolução da Pobreza no Estado do Maranhão: análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio com recortes de 1993 a 2008*. São Luís: UFMA, 2010.

pobreza não pode ser observada apenas a partir da ausência e das privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro dos padrões aceitáveis socialmente.³⁶

³⁶Ibid; p.55

CAPÍTULO 2. POBREZA E SUAS EXPRESSÕES.

Tomando como base esse modelo de perspectiva analítica, (da pobreza multidimensional) faremos a seguir uma pequena abordagem sobre os fundamentos teóricos da categoria de pobreza multidimensional. Buscamos neste capítulo destacar as dimensões que envolvem esse fenômeno; destacando as instituições e órgãos de mensuração que compreendem a pobreza a partir deste véis; sendo um dos principais o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.³⁷

2.1. Pobreza Multidimensional

Segundo Luiza Codes, a categoria de pobreza multidimensional expressa um consenso na atualidade, que evidencia aspectos mais complexos, cujo enfoque também confere as negações de oportunidades e de acesso a bens e padrões aceitáveis socialmente.³⁸ Entre as abordagens multidimensionais destaca-se o pensamento do economista indiano Amartya Sen para quem a pobreza é consequência da privação de capacidades básicas, o que envolve acesso a bens e serviços. Para o economista, o desenvolvimento seria resultado não apenas do crescimento econômico, mas da “eliminação das privações de liberdade e da criação de oportunidades.”³⁹

A questão proposta por Amartya Sen é pertinente, pois nesse modelo complexo de interpretação, os dados sobre a renda, apesar de fundamentais, devem ser considerados em conjunto com outros fatores de intervenção. Somente desta forma, será possível subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza. Para ele o Desenvolvimento Humano seria possível a partir de uma perspectiva do “desenvolvimento como liberdade”, tendo o ser humano no centro das discussões e ações relacionadas às políticas econômicas e sociais.⁴⁰

De acordo com Talita Nascimento, o conceito de *necessidades básicas* passou a ganhar mais evidencia por volta dos anos 1970, quando a pobreza assume um caráter multifacetado e passa a incluir dois grupos de elementos. O primeiro corresponde às necessidades de consumo privado, que inclui, basicamente, alimentação, vestuário e

³⁷ Índice que mede os níveis de pobreza a partir de três dimensões: Renda, longevidade e educação.

³⁸CODES, Op. Cit., p.61

³⁹SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; p.10

⁴⁰Ibid; p.15

residência. O Segundo diz respeito às necessidades correspondentes aos serviços sociais, sendo elas: saneamento básico, água potável, saúde, educação, transporte público, acesso à cultura e outros. Talita Nascimento enfatiza ainda, a vantagem da abordagem multidimensional por considerar uma grande quantidade de problemas, tanto em termos de suas causas como consequências.⁴¹

Hoje, os principais indicadores e medidores da pobreza utilizam várias dimensões para conseguir compreender de forma mais abrangente o fenômeno. Nessa perspectiva, o conceito de multidimensionalidade assumiu um papel relevante em diversos planos nacionais e relatórios internacionais. Apesar dos avanços e da complexidade na conceituação da pobreza, a insuficiência de renda, ainda consiste em fator com influência direta na condição de pobreza.⁴²

Diante do exposto, observa-se que nos últimos tempos, a busca pela compreensão da pobreza ocasionou uma série de modelos interpretativos e abordagens; contudo, fica evidente que o modo de caracterizá-la caminhou em direção a uma percepção mais complexa.

Desta forma, no desenvolvimento da presente monografia, o modelo de interpretação adotado será o que compreende o fenômeno enquanto categoria multidimensional, principalmente no que tange a sua mensuração no mundo contemporâneo, no Brasil e no Estado do Maranhão. Nessa categoria, o Relatório realizado pelo Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Mundial de 2000/2001 define a pobreza enquanto fenômeno:

[...] que engloba não só renda e consumo baixos, mas também níveis baixos de educação, saúde, nutrição, e outras áreas do desenvolvimento humano. Com base no que a pobreza significa para a maioria das pessoas, amplia essa definição para incluir a falta de poder e voz e a vulnerabilidade ao medo.⁴³

Observamos que a mensuração da pobreza a partir da multidimensionalidade exerce papel significativo entre os principais institutos de análise do fenômeno. Fatores como educação, longevidade, saúde e saneamento somam-se ao fator de renda para

⁴¹NASCIMNETO, Talita de Sousa. *Evolução da Pobreza no Estado do Maranhão: análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio com recortes de 1993 a 2008*. São Luís: UFMA, 2010.

⁴²SEN, Amartya K. Op. Cit., p.109

⁴³WORLD BANK. *A qualidade do crescimento*. Washington: Banco Mundial, 2001. Disponível em http://www.obancomundial.org/index.php?action=/content/view_document&cod_object=1512. Acesso em: 23 de Abril de 2019

melhor compreensão da pobreza. Posteriormente destacaremos os principais mecanismos de mensuração da pobreza no Brasil; que via de regra segue a mesma perspectiva dos órgãos internacionais como PNUD.

2.2 A Mensuração da Pobreza no Brasil

Para que possamos observar o fenômeno na sua natureza empírica é necessário adotarmos mecanismos que nos dê possibilidades de medir os fatores que a caracterizam. Mas, para que se tenham dados e dimensões sobre o fenômeno é necessário que alguns indicadores sejam avaliados, tanto em níveis individuais como coletivos.

Do ponto de vista dos indicadores, as medidas da pobreza podem ser monetárias, quando utilizam a renda como principal determinante da linha de pobreza, multidimensionais e sociais, quando incluem atributos não relacionados à renda para definir a pobreza, como o IDH, e o índice GINI,⁴⁴ (mais à frente falaremos destes indicadores).

Os indicadores multidimensionais incluem aspectos que afetam o bem-estar dos indivíduos, considerando como essencial o acesso a alguns bens, que garantam uma vida minimamente digna, tais como: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação, saúde e moradia. Observamos que o caráter multidimensional da pobreza leva em consideração indicadores que possibilitam uma ampla dimensão da vida dos sujeitos e também a própria percepção que eles tem da sua situação social.

Essa metodologia de mensuração ganhou maior adesão a partir de estudos realizados na década de 1990, cujo enfoque era perceber um maior número de variáveis que pudessem condicionar maiores fatores que caracterizavam a pobreza. Amartya Sen, por exemplo, foi um dos economistas que defenderam que a abordagem da pobreza poderia ter seu foco nas capacidades individuais e na satisfação das necessidades básicas, pois assim teríamos uma análise mais completa do fenômeno. Para ele, o condicionante da renda não poderia ser o único aspecto a ser levado em conta quando se pautava o desenvolvimento e crescimento econômico de uma sociedade.

⁴⁴ Índice de GINI, medidor que calcula os níveis de desigualdade.

Percebe-se que, até mesmo na mensuração da pobreza, não se tem um padrão linear e concreto nos diversos organismos e instituições que se propõem a investigar suas causas. Aqui, apresentaremos as linhas de raciocínio mais utilizadas, o que servirá para entendermos a partir de quais categorias os Estados e Governos estão utilizando para propor políticas públicas de combate ao fenômeno.

Para mensuração através da renda, utiliza-se como padrão, uma linha média da pobreza. Nessa perspectiva, uma pessoa é pobre se estiver abaixo de uma linha predefinida. Apesar de não ser um padrão e uma definição geral, a renda e outros indicadores de satisfação das necessidades básicas são amplamente usados na mensuração da pobreza internacional e nacional. Segundo Sônia Rocha⁴⁵, os estudos que se concentravam na variável renda até o começo dos anos 1990 foram se ampliando e passaram a ser feitos por meio da renda auxiliada por um conjunto de indicadores sociais.

2.2.1 Linha de Pobreza

Para a autora Sônia Rocha, a adoção de linhas de pobreza é uma abordagem adequada no contexto brasileiro, uma vez que a economia do país é largamente monetizada com a renda sendo o principal e primário fator para satisfação do bem-estar da população. De modo geral, internacionalmente a renda se tornou umas das principais fontes de determinação da pobreza mundial, uma vez que foi possível observar a nítida relação entre o nível de consumo com o grau de satisfação das pessoas. Sobre a mensuração a partir da renda, Sônia Rocha destaca que:

Nas economias modernas e monetizadas, onde a parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população.⁴⁶

Para esse indicador, apenas a renda é contabilizada. Esse modelo foi adotado primordialmente pelo banco mundial que utilizava o valor de US\$ 1 por dia por pessoa,

⁴⁵ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; p. 76

⁴⁶Ibid., p 12

medido em preços internacionais e ajustado à moeda local. Usando-se o Poder de Paridade de Compra (PPC) ⁴⁷foi escolhido, primeiramente, pelo Banco Mundial em seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 porque este valor era típico nas linhas de pobreza dos países de baixa renda na época.

À medida que as diferenças no custo de vida em todo mundo evoluem, a linha internacional de pobreza tem de ser atualizada usando novos dados ajustados aos preços de PPC. A última mudança ocorreu em outubro de 2015, quando o Banco Mundial adotou US\$1,90 como linha de pobreza internacional usando o PPC de 2011. Antes disso, a atualização de 2008 definiu a linha de pobreza internacional em US\$1,25 usando o PPC de 2005⁴⁸. O mais recente utilizado ainda consiste na atualização feita em 2015.

Segundo o documento temático ODS: *Erradicação da Pobreza*, publicado em 11 de Junho de 2017 no *site* do IPEA, o Brasil não conta com uma linha de pobreza e extrema pobreza, contudo, o relatório recomenda as diretrizes contidas no decreto nº 8.794, de 2016 como o mais indicado para se medir a linha de pobreza extrema. Este decreto define os critérios de renda para transferência de benefícios sociais, considerando em situação de extrema pobreza aquela população com renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 85,00 e, em situação de pobreza as famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 170,00.

No Brasil, no ano de 2011, quando foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff, cujo planejamento articulava vários programas sociais já existentes com novos programas em torno do objetivo de erradicar a extrema pobreza no país, alcançando a camada da população mais vulnerável foram necessários identificar a camada da população que vivia nessas condições. Conceituavam-se, assim, quem era, de fato, pobre. Para o Plano, famílias em situação de extrema pobreza ou o extremamente pobre era aquele que tinha renda *per capita* de R\$ 70,00 e famílias pobres ou o indivíduo pobre era aquele que possuía renda *per capita* de R\$ 140,00 o dobro.⁴⁹

⁴⁷Os chamados fatores de Paridade de Poder de Compra (PPC) são uma taxa de conversão, calculada pelo Banco Mundial, de quanto é preciso, para uma moeda local, adquirir os mesmos produtos que um dólar americano compraria nos Estados Unidos. Medidas de pobreza baseadas em linhas de pobreza internacional tentam manter o valor real da linha de pobreza constante entre os países, como é feito ao fazer comparações ao longo do tempo.

⁴⁸PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2017. - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas. – Brasília: PNUD, 2017; p.79

⁴⁹Plano Brasil sem Miséria. Governo Federal. 2011; p.15

Interessante perceber que esses mesmos valores são os utilizados no Programa Bolsa Família, que na época consistia como único programa de grande porte de transferência de renda para população. Apesar dessa adoção em programas e políticas públicas, o fator renda, está longe de ser o único a pesar na mensuração do fenômeno, e também longe de ser o único a compreender as diversas privações sofridas pelas pessoas. Hoje, muitos são os estudos que elaboram dimensões pautadas em outros fatores sociais, como veremos a seguir.

2.2.2 Indicadores Multidimensionais

Conforme declara o Plano Brasil Sem Miséria, em seu relatório do ano de 2011, a renda não é o único fator que serve para indicar situações de privações. Fatores de natureza social, biológica e geográfica também contribuem de maneira significativa no processo de privação nos rendimentos de cada família. Entre os mais pobres observamos que há falta de instrução, acesso a terra e insumos para produção, saúde, moradia, justiça e apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades.⁵⁰

Apesar de a renda ser um dos primeiros indicadores abordados e estudados internacionalmente hoje, com a complexidade e pluralidade que o conceito de pobreza carrega, a literatura reconhece que uma medida unidimensional não consegue abranger todas ou maiores dimensões relacionadas à pobreza, sendo necessária a intervenção de outros indicadores.

Esses indicadores foram primeiramente pensados através dos estudos de Amartya Sen, para quem o progresso humano e a condição de vida das pessoas não poderiam ser reduzidos apenas a quantidade de rendimento econômico das famílias. Para ele haveria mais opções a serem satisfeitas no contexto de desenvolvimento. Seus estudos sempre foram pautados através da variável das *capacitações*.⁵¹

Ainda segundo o autor, do ponto de vista das capacitações, a liberdade se configura em aspecto primordial para que se alcancem possibilidades e opções que ofereçam escolhas satisfatórias para melhorar a qualidade de vida das pessoas.⁵² Para que se possa promover o desenvolvimento e, conseqüentemente, reduzir a pobreza é necessária a realização de políticas públicas que busquem a expansão das capacidades

⁵⁰Ibid; p.56.

⁵¹SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁵²Ibid., p.33

das pessoas em levar um estilo de vida digna que seja valorizada. Nesta acepção, capacidade é utilizada para representar a combinação alternativa de coisas que uma pessoa é capaz de fazer ou de ser, as várias funcionalidades que ela, individualmente, pode atingir.⁵³

Desse modo, é necessário que se ofereçam condições necessárias para o aperfeiçoamento das capacidades inerentes a cada indivíduo, de modo que ele tenha acesso a uma boa educação, acesso a condições dignas de moradia; buscando dessa maneira superar situações de marginalização e exclusão social.

Outro indicador bastante recorrente nos estudos que apontam a pobreza como um fator multidimensional e complexo é aquele que se enquadra no atendimento das necessidades básicas. Segundo Sônia Rocha, as necessidades mais básicas são, sem dúvida, aquelas relacionadas à sobrevivência física das pessoas. Quando se tem obtenção de direitos sociais, satisfação de suas necessidades tem-se meios para obter renda digna. Apesar de o fator econômico ser de extrema importância para superação da pobreza, esse fator deve ser acompanhado da garantia de outros direitos fundamentais.

Isso significa que o acesso a bens de consumo tais como: roupas, alimentos, água, dentre outros; ter acesso a condições dignas como: saneamento básico, água encanada e potável, educação pública de qualidade saúde são fatores condicionantes para obtenção das necessidades básicas em nível individual e coletivo. Esses fatores, juntos, contribuem para o melhor combate da pobreza através da propagação de políticas públicas de qualidade.⁵⁴

Por meio desses estudos, podemos identificar a evolução do pensamento social-institucional sobre a pobreza ao longo do tempo, sobretudo a partir das décadas de 1990. Durante essa época as mais importantes instituições de mensuração começaram a mudar seu foco de análise, principalmente, a partir do Relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que transfere o foco da análise da pobreza para o foco do desenvolvimento humano.

Na visão do PNUD, o desenvolvimento humano é caracterizado pela expansão das escolhas do processo individual. Nessa perspectiva, o desenvolvimento humano é a expansão das escolhas, e na pobreza há uma negação de oportunidades elementares e de

⁵³MISOCZKY, OLIVO Apud Id. *O Desenvolvimento como expansão de capacidades*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo: Marco Zero, n. 28/29, 1990; p. 30.

⁵⁴ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; p. 46.

escolhas mais básicas que interferem na conquista de uma vida longa, saudável e criativa.⁵⁵

Foi nos anos de 1990 também que houve a primeira aparição do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, publicado até então no *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH) como um dos primeiros indicadores desenvolvidos para mensurar aspectos de natureza social da população. A ideia, considerada radical na época, era simples: o desenvolvimento nacional devia ser medido não apenas pelo rendimento nacional, levando em consideração o PIB, mas agora, também pela esperança de vida e pela alfabetização, em relação às quais estavam disponíveis dados comparáveis para a maioria dos países.⁵⁶

2.3. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida extremamente importante no que tange as medidas relacionadas à multidimensionalidade da pobreza. Foi desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Ao longo do tempo suas dimensões sofreram algumas alterações, porém, hoje se constitui um dos principais indicadores para medir a pobreza e auxiliar na elaboração de políticas públicas de combate a pobreza.⁵⁷

O IDH é calculado com base em três componentes principais, sendo eles: a longevidade; educação e renda. Sendo a longevidade medida pela expectativa de vida ao nascer; a educação medida pela taxa de alfabetização dos adultos e o número de matrículas registradas nos níveis fundamental, médio e superior; a renda medida pelo poder de compra da população baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local; O Índice varia de 0 (para nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

Segundo o PNUD, nações com IDH até 0, 499 têm seu desenvolvimento humano considerado baixo; os índices entre 0, 500 e 0, 799 são considerados de médio desenvolvimento humano, enquanto o IDH de 0, 800 tem desenvolvimento humano considerado alto. De acordo com dados divulgados pela ONU em 2010 o Brasil

⁵⁵PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010*. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Plaza, New York, USA, 2010.

⁵⁶Ibid., p.55

⁵⁷PNUD Op Cit; p.78

apresenta IDH de 0, 699. Tal perspectiva corresponde à análise macro do fenômeno. Porém, pensando em analisar condições de grupos menores como os municípios e Estados adotaram-se o uso do IDH municipal (IDHM), onde também são considerados os fatores da educação, longevidade e renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM foi instituído em 1998, e é calculado, decenalmente, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e a Fundação João Pinheiro – FJP. Seu cálculo é estabelecido para estados e municípios, também através do Censo, a metodologia do cálculo é adaptada do IDH Global; no quadro 1, explicamos a natureza do cálculo.

Tabela 01 – Resumo dos Fatores considerados pelo PNUD para cálculo do IDHM

EDUCAÇÃO IDHM-E		LONGEVIDADE IDHM-L	RENDA IDHM-R
População Adulta	População Jovem		
18+Com fundamental Completo (peso 1)	% 5-6 na Escola % 11-13 nos anos finais do Fundamental %15-17 com fundamental completo % 18-20 com médio completo (peso 2)	Esperança de vida ao nascer	Renda mensal <i>per capita</i> (em R\$ ago/2010). No caso Brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo.

Fonte: Adaptado de PNUD 2013, IMESC

Existem três índices para medição do IDH Municipal, a educação, longevidade e Renda. Destaque para a educação que leva em conta duas variáveis, com dois pesos, um corresponde ao número da população adulta com e acima dos dezoito anos de idade que tenham realizado o ensino fundamental completo e a outra corresponde à população jovem, com a porcentagem de crianças e adolescentes com a idade correspondente ao nível escolar matriculadas, estudando regularmente.⁵⁸

O medidor da Longevidade leva em consideração apenas a esperança de vida ao nascer, observado a partir da localidade e a renda mensal *per capita* é calculada a partir do rendimento dos moradores de uma casa, baseado sempre a partir das pesquisas do PNAD.⁵⁹ No cálculo realizado do IDH Global a educação continua tendo duas variáveis,

⁵⁸IMESC, Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico Avançado: Sumário Executivo / Instituto Maranhense de Estudos socioeconômicos e Cartográficos. São Luís: IMESC, 2016.

⁵⁹Ibide,p.49.

a média dos anos de estudo da população adulta e os anos esperados de estudos da população jovem (que envolve crianças e adolescentes).

Tabela 02 – Resumo dos Fatores considerados pelo PNUD para cálculo do IDH Global

EDUCAÇÃO		LONGEVIDADE	RENDA
População Adulta	População Jovem		
Média dos anos de estudo de 25+	Anos esperados de estudos	Esperança de vida ao nascer	Renda Média Nacional <i>Per capita</i> (US\$, de acordo com PPP 2005)

Fonte: Adaptado de PNUD, IMESC

2.4. Índice de GINI

O Índice de GINI foi desenvolvido pelo estatístico Italiano Corrado Gini e hoje é usualmente utilizado para calcular os níveis de desigualdade relacionados à distribuição de renda, podendo também calcular outros tipos de distribuição, como, concentração de terra, riqueza, entre outras.⁶⁰

Consiste em um valor numérico entre 0 e 1, onde 0 corresponde a completa igualdade de renda e 1 corresponde a completa desigualdade, refletindo uma pessoa ou um pequeno grupo de pessoas com toda renda, e as demais sem nada. Percebemos que quanto mais o índice for zero, melhor será a distribuição de renda, quanto mais próximo de um, pior a distribuição e, conseqüentemente, os níveis de desigualdade.

Atualmente o índice é largamente utilizado em pesquisas relacionadas ao desenvolvimento econômico, distribuição de riquezas, etc. Pesquisas internacionais também utilizam o índice como importante indicador da pobreza.

⁶⁰IPECE, (2010) *Apud* ANUNCIATO, K. M.; FRANCO, C. *Análise dos principais indicadores de pobreza e desigualdade social de Mato Grosso do Sul*. **Revista Unemat de Contabilidade**, v. 6, n. 11, 2017.

CAPÍTULO 3. POBREZA NO MARANHÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE 2012 a 2017.

A pobreza no Maranhão é produto de um processo histórico, marcado pelas determinações econômicas, sociais e políticas. Como resultado, Esse Estado e muitos de seus municípios têm se situado nos anos recentes nas últimas colocações das estatísticas nacionais, em termos de indicadores econômicos e sociais.⁶¹

O Estado do Maranhão tem se destacado no cenário nacional como um dos lugares mais pobres e desiguais da federação brasileira, com menor renda *per capita*, com maior concentração de renda e, profundamente marcada pela desigualdade social e o Latifúndio. Esses dados, contudo, não apresentam algo relativamente novo, é bem comum os índices apresentarem níveis de pobreza no Estado, uma vez que, ao longo de muito tempo, não houve nenhuma política efetiva de promoção dos direitos sociais para população mais desfavorecida do Maranhão.

Ações pontuais, em curto prazo, foram sendo alocadas para mascarar o cenário de desolação e abandono. Políticas de transferência de renda, por parte do governo federal, constituíram, por anos, o único meio de geração de renda para boa parte da população maranhense e nordestina. Desta forma, como podemos evidenciar os aspectos históricos de combate a pobreza no Maranhão? Quais os métodos e projetos o Governo Estadual tem apresentado para combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos Maranhenses?

Neste capítulo, abordaremos, em quatro tópicos, o papel desempenhado pelo Governo do Estado na resolução do problema social que, em diversas situações, afeta a vida dos maranhenses. A princípio faremos uma análise crítica da manifestação desta temática nos meios jornalísticos, destacando as informações vinculadas nas principais manchetes do jornal *O Estado do Maranhão*, que possui números expressivos de circulação.

Posteriormente, analisaremos os principais estudos realizados sobre a situação de pobreza no Estado, refletindo sobre o que os dados revelam sobre essa realidade a fim de discutir se, de fato, fomos ou não negligenciados ao longo dos anos. Para consubstanciar nossa análise, utilizaremos os relatórios publicados pelos principais

⁶¹GAEPP. Observatório Social e do Trabalho. UFMA; Abril de 2015.

institutos de mensuração da pobreza (IBGE, PNUD, PNAD) entre os anos de 2012 a 2017.

Nos dois últimos tópicos deste capítulo, destacaremos as principais formas de combate à pobreza que os governos da época (Roseana Sarney e Flávio Dino) adotaram para combater a situação no Estado, destacando, principalmente, as áreas de atuação de cada política pública empreendida.

3.1 A visão sobre o Maranhão pobre na Imprensa escrita local

A partir da revolução dos paradigmas históricos proporcionado pelo Movimento dos Annales, novas abordagens foram introduzidas na maneira como escrevemos e entendemos a História; mais precisamente na terceira geração dos Annales, observamos a introdução de novos documentos e novas fontes históricas, uma verdadeira “revolução documental”.⁶²

Dessa maneira, alguns autores argumentam sobre o uso dos jornais impressos e *onlines* como fontes históricas de grande importância para historiografia. Segundo Maurílio Dantielly Calonga, os discursos jornalísticos produzem uma atitude de respeito, consideração e atenção pela notícia; prática que legitima uma relação de autoridade entre o que escreve e aquele que lê. O intuito da publicação, reportagem ou manchete é sempre conseguir adeptos para uma causa específica, seja de caráter ideológico, político ou social; segundo o autor, tudo isso gera uma posição de autoridade.⁶³ Os jornais desta forma buscam atrair os leitores, conquistando suas mentes e seus corações.

Em todo cenário nacional é muito comum observarmos que muitos grupos políticos detêm o acesso direto ou indireto de meios de comunicação, o que, de certa forma, reflete na condução de seus trabalhos à frente do comando de seus governos.

A fim de explorar ao máximo tais fontes usaremos o método de análise com base nos estudos do linguista Americano Norman Fairclough.⁶⁴ Para esse autor, além de todas as explicações linguísticas que envolvem os textos escritos, faz-se necessário que

⁶²LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

⁶³CALONGA, Maurílio Dantielly. *O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história*. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012.

⁶⁴FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

observemos a escrita a partir de uma análise crítica do discurso (ACD)⁶⁵. Essa abordagem permite analisar e considerar as descrições e teorizações dos processos e das estruturas sociais responsáveis pela produção “como uma descrição das estruturas sociais e os processos nos quais os grupos ou indivíduos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com textos”.⁶⁶O autor ainda acredita que:

[...] Todo discurso é um objeto historicamente produzido e interpretado, isto é, que se acha situado no tempo e no espaço, e de que as estruturas de dominação estão legitimadas pela ideologia de grupos poderosos, o complexo enfoque que defendem os proponentes [...] da ACD permite analisar as pressões provenientes de cima e as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder que aparecem em forma de convenções sociais.⁶⁷

Ao analisarmos as manchetes jornalísticas sobre a pobreza no estado do Maranhão, entendemos que esse mecanismo é utilizado como espaço de disputa. Desta maneira, nosso olhar deve se crítico e analítico para compreendermos os sentidos e disputas que envolvem os texto discursivos do jornal *O Estado do Maranhão*. De acordo com a ACD observamos que as reportagens e manchetes, a todo o momento, de forma direta e indireta, tendem a impor ao seu leitor um tipo de “verdade” que atende aos seus interesses específicos. Funciona como um organismo que possui leis específicas que justificam suas ações.

Pierre Bourdieu identifica essas ações como características do “Campo Jornalístico” que, são espaços sociais com leis próprias e sua organização se dará para atender uma finalidade comum a todos. Nesse sentido, o autor também aponta que nesses espaços, em decorrência das disputas de narrativas, os jornais também funcionam como lugar de disputa de interesses, lucratividade econômica e posicionamentos ideológicos.⁶⁸Ao analisarmos o jornal *O Estado do Maranhão*, observamos que esse meio é utilizando como mecanismo de autopromoção do discurso de “combate a pobreza” dentro do Governo da Roseana Sarney.

⁶⁵Análise crítica do discurso (ACD) é uma abordagem transdisciplinar ao estudo dos textos, que considera a ‘linguagem como uma forma de prática social’ e que pretende ‘desvelar os fundamentos ideológicos do discurso que se têm feito tão naturais ao longo do tempo que começamos a tratá-los como comuns, aceitáveis e traços naturais do discurso’ (Fairclough 2000, p.20)

⁶⁶WODAK, 2003 Apud PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. 2011, disponível em: <https://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>

⁶⁷Ibid., p. 19.

⁶⁸BOURDIEU, P. O poder simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; p.24

Fundado em 1º de maio de 1959, pelo empresário e político Alberto Aboud, o jornal *O Estado do Maranhão*, inicialmente chamado de *O Dia*, teve seu nome modificado no ano de 1973, pelo então governador José Sarney e pelo poeta Bandeira Tribuzi, que a partir desse período assumiram o comando do periódico. Atualmente, é um jornal que tem distribuição diária, exceto aos domingos, e possui uma plataforma digital que registra todos os usuários e aqueles que têm assinatura digital, ou seja, podem acessar o jornal a qualquer momento. Nesse periódico encontramos as matérias sobre pobreza vinculadas às seções de Política e economia.

Atualmente, a redação do jornal possui mais de 35 profissionais com uma equipe entre repórteres, editores, redatores, revisores e colunistas, Hoje os trabalhos de direção e coordenação do jornal são dirigidos por Clovis Cabalau.⁶⁹ Em 2009, o jornal *O Estado do Maranhão* completou 50 anos, iniciando uma nova fase, tanto estrutural quanto editorial. Desse periódico coletamos, entre o período de 2012 a 2017, 16 manchetes relacionadas à temática da pobreza no Estado.

Tabela 03. Manchetes por ano sobre Pobreza no Estado do MA/ jornal: O Estado do Maranhão

Quantidade de Reportagens sobre Pobreza por Ano no jornal: <i>O Estado do Maranhão</i>	
2012	<i>07 Reportagens</i>
2013	<i>01 Reportagem</i>
2014	<i>01 Reportagem</i>
2015	<i>02 Reportagens</i>
2016	<i>01 Reportagem</i>
2017	<i>04 Reportagens</i>

Fonte: Elaboração própria.

As reportagens selecionadas são de extrema importância para a pesquisa, pois constitui os últimos anos do governo de Roseana Sarney (2012 - 2014), antes da transição para o governo de Flávio Dino, em 2015. Conseqüentemente observamos que serão adotadas medidas diferentes no combate a pobreza dentro do Estado, o que nos possibilitará maior compreensão sobre como o tema vem sendo tratado no âmbito político.

As sete reportagens publicadas no ano de 2012 no jornal *O Estado do Maranhão* sugerem uma posição do governo Roseana Sarney no combate à pobreza no Estado do Maranhão, além de indicar a necessidade de investimentos e fundo de acesso para financiamento de políticas públicas que garantissem a retirada dos maranhenses do

⁶⁹<https://imirante.com/oestadoma/historico/>

status de pobreza. De forma geral, as reportagens são enunciadas com os seguintes conteúdos.

Tabela 04. Manchetes e conteúdos das reportagens do jornal *O Estado do Maranhão* do ano de 2012

14 de Março de 2012	10 de Abril de 2012
<p>Manchete: <i>Roseana Inaugura Hospitais e destaca ações contra pobreza.</i></p> <p>Unidades de Saúde foram inauguradas em municípios da zona rural do Maranhão: Jatobá, Santo Antônio dos Lopes e São João dos Patos.</p> <p><i>Lançamento do Programa de Combate à pobreza.</i> Tem por base a inclusão produtiva, focado na agricultura familiar. Vai ser coordenado pelo chefe da casa Civil: Luís Fernando Silva.</p>	<p>Manchete: <i>Banco Mundial vai financiar o combate à pobreza no MA</i></p> <p>Orçamento geral de R\$ 2,3 bilhões que serão investidos no desenvolvimento agrário, e em áreas como educação, saúde, infraestrutura e gestão. Tendo como Operador do Programa: O Engenheiro Fernando Fialho. Criação de secretária especial para coordenar o Programa. Resultante da fusão das pastas de desenvolvimento agrário, desenvolvimento social, articulação de políticas públicas e de assuntos estratégicos.</p>
19 de Abril de 2012	27 de Abril de 2012
<p>Manchete: <i>Fialho assume secretaria para o combate à pobreza.</i></p> <p>Assume a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Desenvolvimento Social. Criação da Secretária inicia reforma no governo. Posse de Fernando Fialho (ex-presidente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Criação de Secretária exclusivamente para lidar com a questão da Pobreza. Secretária inicia com R\$ 500 milhões do empréstimo de R\$ 2,1 bilhões que o Executivo deve contrair ainda este ano (2012) no BNDES. Aplicação em projetos voltados a agricultura familiar; objetivo é dar à população a capacidade de produzir para se inserir no mercado consumidor. ‘dar dignidade’, diz Fialho.</p>	<p>Manchete: <i>Governo quer tirar 1,5 milhão de maranhenses da pobreza.</i></p> <p>Investimento de R\$ Milhões em ações de melhoria das condições de vida. Investimentos no combate a pobreza até 2015. Objetivo de tirar 1,5 milhão de maranhenses da condição de pobreza extrema. Incentivo da produção de hortifrutigranjeiros em escala comercial. Foco na Zona Rural, ações pontuais voltadas a Zona Urbana. Sobre a <i>Pobreza</i>, o Secretário afirmou: que o Maranhão reduziu em 12% os índices de pobreza nos últimos 10 anos, mesmo assim o Maranhão continua com cerca de 1,6 milhão de maranhenses vivendo nessa situação distribuídos na Zona Rural e Urbana.</p>
01 de Novembro de 2012	20 de Novembro de 2012
<p>Manchete: <i>AL Autoriza empréstimo de R\$ 3,8 bilhões para o Maranhão</i></p> <p>Empréstimo de 3,8 bilhões junto ao banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Estado se preparando para receber investimentos da iniciativa privada. Objetivo: combate a pobreza e preparar estruturalmente o estado para receber investimentos. Aprovação da Assembléia legislativa. Preocupação da bancada da oposição em transparência do empréstimo, assim como uso e gestão. Votaram contra o empréstimo: Marcelo Tavares (PSB), Rubens Pereira Júnior (PCdoB), Bira do Pindaré (PT), Othelino Neto (PPS), Eliziane Gama (PPS), Carlos Amorim (PDT), Cleide Coutinho (PSB) e Gardênia Castelo (PSDB).</p> <p>Números: 5 Milhões de maranhenses beneficiados 308 milhões é a contrapartida do governo maranhense 240 meses é o prazo para pagamento do empréstimo.</p>	<p>Manchete: <i>Roseana convoca prefeitos à luta contra a pobreza no Maranhão.</i></p> <p>Evento destinado a novos gestores do Estado. Melhorar índices nos municípios do Estado com ações pontuais já a partir de 2013. Criação de grupo de apoio aos municípios com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixo, perspectivas para quatro anos. Realidade do Maranhão (Novo ciclo de crescimento). “O Governo do Estado não quer saber de cor partidária. Quer saber do bem-estar do povo. Portanto, vamos trabalhar todos Juntos”.</p>
28 de Novembro de 2012	
<p>Manchete: <i>Seminário confirma o crescimento da economia do estado.</i></p> <p>Empréstimo do BNDS deve ter primeira parte garantida esta semana, revela Roseana. (Abertura oficial do Seminário “Maranhão: Oportunidade de Investimento”. 1 Bilhão para ser aplicado no “Viva Maranhão” –</p>	

Programa que prevê investimentos em construção de estradas e hospitais, em segurança pública e no combate à pobreza. Roseana comentou sobre o crescimento de 8,7% no PIB do Estado em 2010 em comparação com 2009. Segundo IBGE, os números colocaram o estado como 12º maior PIB do país, com taxa de variação real de 56% entre 2002 e 2010. (Quinta maior do País). Meta do Governo: aumentar PIB per capita. Trazer indústrias e empresas.

O PIB do Maranhão cresceu de R\$ 28,6 bilhões, em 2006 para R\$ 45,2 bilhões em 2010. Foi a segunda maior taxa de variação real do nordeste no período.

Fonte: Jornal O Estado, 2012. Adaptação Nossa.

Nesse contexto, observamos que o Governo anuncia uma política de combate a pobreza (política macro, empreendida através do empréstimo de R\$ 3, 8 bilhões concedida ao governo do Estado para investimento e retirada da população da linha extrema de pobreza) e algumas medidas a serem adotadas. O Empréstimo foi autorizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o pagamento se daria de forma parcelada para criação e aprimoramento de programas sociais.

Para elaboração e condução dos programas, foi necessário a reestruturação do aparelho estatal no sentido de criar uma secretaria especial para coordenar as ações implementadas no combate à pobreza; Segundo Manchete do jornal o Estado do Maranhão no dia 19 de Abril de 2012, a criação da “supersecretaria” inicia um novo momento dentro do governo, denominado de Reforma; a secretaria especial seria o resultado da fusão das pastas de desenvolvimento Agrário, desenvolvimento social e articulação de políticas públicas e de assuntos estratégicos.

A secretaria especial seria responsável exclusivamente para lidar com a questão da pobreza. Ela iniciaria com o orçamento “de R\$ 500 milhões do empréstimo de R\$ 2,1 bilhões que o Executivo deve contrair ainda este ano (2012) no BNDES”⁷⁰. Esse dinheiro seria voltado para aplicação em projetos voltados a agricultura familiar; o objetivo seria dar à população a capacidade de produzir para se inserir no mercado consumidor; dessa forma inserido a população na rota do desenvolvimento e geração de renda. Ainda nesse contexto, a Governadora Roseana Sarney, afirmou o compromisso de investir 1 Bilhão para programas de combate a pobreza.

Especialmente o programa *Viva Maranhão* que consistia em iniciativas de modernização e ampliação dos serviços de saúde, saneamento, educação e assistência social no Estado, de acordo com reportagem publicada no dia 05/09/2013 pelo G1

⁷⁰Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 19 de Abril de 2012. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

Maranhão,⁷¹ até 2016 o Programa contempla investimentos totais de R\$ 3,8 bilhões entre 2013 e 2016, voltados para o combate à pobreza e redução de desigualdades, universalização dos serviços de saúde, qualidade de ensino, segurança pública.

Na reportagem, publicada pelo jornal O Estado do Maranhão, no dia 28 de Novembro de 2012, a Governadora garanti que a primeira parte do Empréstimo do BNDS será repassado ainda no mês de Novembro do ano de 2012, com o intuito de ser aplicado em projetos de combate à pobreza. Na oportunidade a Governadora fez o lançamento do seminário “Maranhão: Oportunidade Investimento” onde comentou sobre o crescimento de 8,7% no PIB do Estado em 2010 comparado com o de 2009. “Segundo IBGE Os números colocaram o estado como 12º maior PIB do país, com taxa de variação real de 56% entre 2002 e 2010. (Quinta maior do País). O PIB do Maranhão cresceu de R\$ 28,6 bilhões, em 2006 para R\$ 45,2 bilhões em 2010.”⁷²

Nesse sentido, observamos que todas as sete manchetes do ano de 2012 evidenciam as adaptações e organizações estabelecidas pelo Governo para encaminhar as políticas e projetos de combate à pobreza e extrema pobreza. Um dos aspectos importantes talvez sejam os empréstimos e financiamentos empreendidos pela gestão. As ações visão beneficiar prioritariamente as famílias no contexto da agricultura familiar, com a justificativa de levar “dignidade” à população do campo.

A reportagem do ano de 2013 do jornal O Estado do Maranhão evidenciou um crescimento surpreendente do Produto Interno Bruto (PIB), que consiste na arrecadação de todas as riquezas do Estado e sugere que o nível de riqueza, tinha crescido em nível de 10,3 %, em apenas um ano, de 2010 a 2011. Evidentemente, a matéria destaca a atuação da governadora Roseana Sarney como decisiva para atrair investimentos e alavancar a economia.

Embora seja importante do ponto de vista rentável, a elevação do PIB não implica dizer que pessoas estivessem saindo da situação de pobreza. Se assim o fizermos devemos considerar a análise de outras dimensões, tais como: nível de educação, saneamento e saúde, contexto escolar da população, condições de moradia, acesso a bens e serviços, entre outros que nos possibilite fazer uma comparação mais eficaz sobre a situação de pobreza da população. A reportagem em questão apresenta

⁷¹<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/09/governadora-roseana-assegura-mais-r-28-bilhoes-em-creditos-do-bndes.html>

⁷²Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 28 de Novembro de 2012. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

apenas os dados do aumento do número de exportações e de serviços, o que não impacta, necessariamente, na diminuição da pobreza.

Se os maranhenses recebessem de acordo com esse aumento, ou mesmo em partes iguais, estaríamos começando a elevar um dos indicadores necessários para aumento do IDH, caminhando, desta forma, para superação da extrema pobreza no estado. Na reportagem publicada no dia 23 de novembro de 2013, observamos que a manchete evidencia o total em dinheiro arrecadado em 2012, R\$ 58 Bilhões, é um número extremamente expressivo, visto que a reportagem ainda destaca que a partir dessa elevação entende-se que o Estado não é o mais pobre do Brasil; se considerarmos o PIB que superou o estado do Piauí em termos de Renda per capita; De acordo com a Reportagem: “Governadora Roseana Sarney reativou todos os mecanismos de atração de investimentos e reimplantou uma política agressiva de mostrar potencial do estado em 2012. Dados divulgados 22/11/2013 pelo IBGE.”⁷³

A reportagem do ano de 2014,⁷⁴ reitera o crescimento do PIB na porcentagem de 12,8% entre 2011 e 2012. Esses valores foram retirados da publicação feita pelo IBGE, em 14 de novembro de 2014. A manchete ainda destaca que os R\$ 58,8 bilhões do PIB têm a ver com as ações empreendidas na geração de renda e emprego dentro do estado.

No ano de 2015, Flávio Dino assume o Governo do Estado e, conseqüentemente, observaremos uma mudança na postura discursiva do jornal O Estado do Maranhão. O *Plano Mais IDH* foi anunciado pelo Governo ainda no mês de janeiro de 2015. Porém, não observamos reportagens ou manchetes sobre o plano do novo governo. Nesse ano foram publicadas apenas duas manchetes com a temática da pobreza, mas, todas apresentavam dados inferiores sobre a pobreza, ao mesmo tempo em que evidenciavam ações realizadas no governo anterior.

A chamada da reportagem publicada no dia 24 de Março de 2015;⁷⁵ nos mostra que entre os meses de janeiro e fevereiro de 2015, cerca de 6.369 postos de trabalho foram fechados no Maranhão. Isso em decorrência da falta de atrativos para investimentos nos setores de empregabilidade, tais como o da construção civil. Esses dados foram registrados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged),

⁷³Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 23 de Novembro de 2013. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

⁷⁴Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 15 de Abril de 2014. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

⁷⁵Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 24 de Março de 2015. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

órgão ligado ao governo federal, mas que possui autarquia nas respectivas administrações dos Estados.

Das oito atividades econômicas acompanhadas pelo Caged no Maranhão, apenas os setores da agropecuária e da administração pública registraram saldo positivo em fevereiro, com 128 no setor da agropecuária e 26 na administração Pública em termos de abertura de vagas. Em fevereiro, 28 municípios dos 52 monitorados pelo Caged registraram queda na oferta de emprego. Ainda, de acordo com a matéria, o Caged mostra que a política de atração de investimentos do governo anterior resultou entre 2009 a 2014, na geração de mais de 100 mil postos de trabalho com carteira assinada.

Observamos que, no ano de 2015, o Jornal apresenta um discurso central de deslegitimação do novo governo, sempre remetendo as ações implantadas na gestão anterior. É nítido o espaço de disputa e conflito que o meio de comunicação transmite ao leitor. Enquanto um governo (no caso o de Roseana Sarney) é legitimado e discursivamente apresenta soluções para a pobreza do Estado, o outro (Governo do Flávio Dino) é deslegitimado e apresenta atraso para o Estado.

No ano de 2016, apenas uma reportagem foi publicada, no dia 08 de Novembro de 2018,⁷⁶ e, teve a mesma linha discursiva apresentada no ano anterior. Evidenciando o aumento do desemprego, não sendo criados meios de geração de emprego e renda, além de registrar um maior número de demissões.

Como sabemos, os meios de comunicação, notadamente jornais, em sua totalidade não funcionam como mecanismo imparcial, pelo contrário, confirmam que suas ações possuem um direcionamento, sendo orquestrado para atender fins específicos que condizem com seus interesses.⁷⁷ Desta forma, quando o grupo opositor tem o comando do Estado do Maranhão, no caso, Flávio Dino, o discurso do jornal *O Estado do Maranhão* servirá para deslegitimar as ações empreendidas pelo governante. Por isso, não observamos nenhuma reportagem sobre os programas sociais empreendidos pelo governo Flávio Dino nesse período. Apenas quando se tratava dos dados negativos divulgados pelas instituições de mensuração da pobreza o governo tinha espaço dentro da construção discursiva apresentada pelo jornal *O Estado do Maranhão*.

⁷⁶Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 08 de Novembro de 2018. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

⁷⁷BOURDIEU, P. O poder simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; p.45

3.2. Pobreza no Maranhão

Os estudos sobre pobreza no Maranhão vêm ganhando grandes proporções no que diz respeito às produções científicas e acadêmicas. Economistas, cientistas sociais, e assistentes sociais tem se destacado nesse cenário. Dados divulgados pelos organismos de mensuração da pobreza apresentam números que ainda colocam o estado na lista com baixos índices de desenvolvimento humano e profundamente desigual. A seguir evidenciaremos alguns destes estudos, destacando dados e aspectos que refletiram a pobreza no Estado do Maranhão e no Brasil, entre 2012 a 2017.

No Brasil, contudo, os estudos sobre a pobreza ganharam novas abordagens interpretativas, sobretudo por se contraporem à persistência desse fenômeno frente a um cenário caracterizado por profundas transformações que ao longo de décadas colocou a sociedade nos moldes da industrialização, urbanização e modernização institucional. Nesse sentido a socióloga Vera da Silva Teles caracteriza a pobreza contemporânea como um ponto cego que “arma um novo campo de questões ao transbordar dos lugares nos quais esteve ‘*desde sempre*’ configurada: nas franjas do mercado de trabalho, no submundo do mercado informal, nos confins do mundo rural, num nordeste de pesada herança oligárquica, [...]”⁷⁸ De acordo com a autora, a pobreza no Brasil se estabeleceu a partir de um legado histórico que acompanha o país desde sua formação social, e se fez expressiva em diferentes dimensões da sociedade, especialmente em áreas menos favorecidas.⁷⁹

Como mencionado anteriormente, o Governo Brasileiro no ano de 2011 criou o Plano Brasil sem Miséria (PBSM), cujo objetivo era superar a extrema pobreza da população em todo território nacional. Para o Plano, a questão da pobreza não se resumia a uma posição de renda, mas, a outros fatores como: segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. O objetivo era trabalhar para superação de todas essas dimensões.⁸⁰

Recentemente, o Banco Mundial (The World Bank) publicou um relatório em que divulgou dados sobre a recessão e pobreza no Brasil, em um relatório intitulado: “*Os efeitos dos ciclos econômicos nos indicadores sociais da América Latina: quando*

⁷⁸TELES, Vera da Silva. A cidadania inexistente: Incivilidade e Pobreza. Tese de Doutorado, USP, 1992, p.44.

⁷⁹Ibid; p.45

⁸⁰Site O Globo, publicado: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>, Visto em 07/04/2019

os sonhos encontram a realidade.” Esse relatório mostrou que entre os anos de 2014 a 2017, a pobreza no Brasil subiu 3 pontos percentuais, alcançando 21% da população, ou 43 milhões de pessoas. Ainda nessa perspectiva, o relatório destacou as ações dos programas sociais como amortecedores de choques econômicos, apontando que na América Latina e Caribe tais programas não são muito difundidos, ao contrário dos países desenvolvidos. Das dimensões analisadas pelo banco, o relatório destaca primordialmente três: taxa de desemprego, pobreza e necessidades básicas insatisfeitas, como educação, habitação e saneamento.⁸¹O quadro a seguir demonstra a percepção do relatório do Banco Mundial.

Tabela 05. Os números do País

<i>Pobreza subiu 03 pontos percentuais</i>		
Anos Indicativos.	Parcela da população vivendo na pobreza (vivendo com até US\$ 5,5 por dia)	Número de pobres em milhões
2014	17,9 %	36,2 milhões de pessoas
2015	19,4%	39,6 milhões de pessoas
2017	21%	43,5 milhões de pessoas

Fonte: Banco Mundial, 2019

Observamos que, entre os anos indicados, a população em situação de pobreza aumentou em 7,3 milhões de pessoas, destacando-se, o ano de 2017. Nesse sentido, é necessário destacar que entre 2016 a 2017, o país passou por diversas situações que enfraqueceram, decisivamente, a economia, entre os quais, o *impeachment* sofrido pela presidente Dilma Rousseff.

Diante dos dados expostos, observamos que a pobreza local (Maranhense) esta em constante sintonia com a nacional (Brasileira). Isso quando observamos os dados considerados nacionalmente. Isso ocorre, porque regiões do Norte e Nordeste ainda são fortemente influenciadas por ações de transferências tributárias e transferências de Renda. Se o País passa por uma crise de desemprego; em virtude da caracterização local (Falta de educação de qualidade, falta de oportunidade, de aperfeiçoamento da mão de obra, entre outros) seremos os primeiros a se enquadrar no contexto da exclusão.

No ano de 2015 foi publicado pelo Ministério de Desenvolvimento Social do Governo federal, um caderno com os principais resultados do Plano entre 2011 e 2014. Entre os destaques, encontra-se a marca histórica de 22 milhões de pessoas retiradas da

⁸¹Dados publicados pelo Banco Mundial, extraídos do site do Jornal O Globo, Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-levou-mais-73-milhoes-de-pessoas-pobreza-no-pais-23573955>

linha da extrema pobreza no Brasil, a partir de ações direcionadas do plano BSM e, principalmente, pelo programa Bolsa Família. Foi o fim da miséria, do ponto de vista da renda,⁸² como podemos observar no fragmento a seguir:

Em 2011, havia 36 milhões de pessoas, beneficiárias do Programa Bolsa Família, que estariam na miséria caso sobrevivessem apenas com sua renda familiar. Graças ao Bolsa Família, 14 milhões escapavam dessa condição. Mas ainda restavam 22 milhões de brasileiros que, mesmo recebendo os benefícios do Bolsa Família, continuavam na extrema pobreza. Medidas tomadas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria retiraram todas essas pessoas da miséria. Em junho de 2014, as linhas de extrema pobreza do Brasil Sem Miséria e a do Bolsa Família foram reajustadas para R\$ 77 mensais por pessoa, com impacto nos valores dos benefícios. Todos os beneficiários do Programa mantêm-se acima desse patamar. Restava o desafio de buscar as famílias ainda invisíveis aos olhos do poder público, de modo a conhecê-las e assisti-las. A estratégia de Busca Ativa foi criada justamente para encontrar essas famílias, incluí-las no Cadastro Único, no Bolsa Família e em outros programas que possam ajudá-las a melhorar suas vidas.⁸³

Os dados mencionados não correspondem ao que foi divulgado recentemente (Março de 2019) pelo Banco Mundial (com números divulgados entre 2014 a 2017), especialmente no que diz respeito à categoria da pobreza. Enquanto os níveis de extrema pobreza diminuem, os índices de pobreza sobem. Vale lembrar que o nível de extrema pobreza é medido através da linha de pobreza, ou seja, uma medida unidimensional, que avalia apenas a renda, enquanto o nível de pobreza, medido por taxas multidimensionais.

Para os Estados do nordeste, este avanço significa uma grande conquista, uma vez que o número da população extremamente pobre do país se consolida em grande número nesses estados, sobretudo no Maranhão, que por muito tempo foi condicionado aos piores índices de desenvolvimento humano e econômico. São esses, também, os maiores beneficiários dos programas de transferência de renda.

Segundo Cleonice Araújo e Selma Brandão, para que se compreenda os diferentes determinantes da pobreza e desigualdade no Maranhão é necessário remeter-nos ao seu processo de formação, o qual nos oferecerá elementos para problematização

⁸²Caderno com *principais resultados do Plano BSM*, Publicado pelo Ministério de Desenvolvimento Social no ano de 2015.

⁸³Ibid; p.06

da realidade deste fenômeno no Estado. Segundo as autoras, desde seu processo de formação social, o estado do Maranhão foi fortemente marcado pela ação de longos mandonismos políticos.⁸⁴

Tais ações foram capazes de inserir no Estado certa estagnação que teve profundo impacto na caracterização social, política, econômica e cultural do Maranhão. “Dentre esses elementos, destacam-se: padrões culturais, formas de estruturação social e organização econômica, assentados no patrimonialismo, na centralização, os quais contingenciaram o controle do poder político estatal por uma única classe ou grupo.”⁸⁵

Segundo Carvalho, a pobreza e desigualdade no Maranhão estão relacionadas ao processo de formação do Brasil, cuja sustentação se deu através de três pilares que culminaram na estratificação da população e na reprodução da desigualdade, sendo eles: a colonização, a apropriação de latifúndios e a escravidão. Hoje, são recorrentes as notícias que colocam o nosso estado na lista da Organização Social do Trabalho – OST, destacando os diversos trabalhadores resgatados de condições precárias no ambiente de trabalho.⁸⁶

Maria Ozanira da Silva e Silva vai caracterizar de forma genérica que em sua totalidade, os municípios do Estado do Maranhão são pobres, sua principal fonte de receita é constituída pelo Fundo de Participação Municipal - FPM. Não existem por parte da gestão municipal projetos ou mecanismos de incentivos de natureza social que possibilitem a erradicação da pobreza, ou mesmo, incentivo às atividades desempenhadas pelos pequenos produtores do setor agropecuário. Os repasses são feitos por órgãos federais ou estaduais.⁸⁷

Maria do Socorro Alves de Sousa, destaca que no Maranhão é comum a ocorrência de um processo que ela denomina como prefeiturização das relações sociais, que se expressa no fato de que nos municípios, a gestão municipal representada na figura do (a) prefeito (a) é quem determina, em grande parte, as relações sociais ali constituídas. Destacando-se como figura de destaque na vida social da população, dentro desse contexto, cada autor tem sua função determinada, sobretudo no imaginário social, sendo condicionada a figura do prefeito e da primeira dama, a tarefa de

⁸⁴ ARAUJO, Cleonice Correia, BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. *A pobreza no Maranhão: determinantes ideo-políticos*. UFMA, 2011; p.35

⁸⁵ Ibid; p.69.

⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003; p.56

⁸⁷ SILVA, Maria Ozanira Silva e. *Os Programas de Transferência de Renda enquanto estratégia atual de enfrentamento à pobreza no Brasil: o Programa Bolsa Família*, 2006, p.26.

minimizar a fome da população, através da doação de cestas básicas e pela oferta de refeições diárias em suas residências.⁸⁸

Do ponto de vista acadêmico observamos que vários são os autores que têm se dedicado ao trabalho de elaboração de estudos mais detalhados e análises mais consistentes sobre a pobreza no Estado, consolidando conceitos e elaborando interpretações que consigam auxiliar o poder público na resolução de políticas públicas para o combate da pobreza. Dito isto, a seguir faremos um esforço de apresentar uma breve caracterização da pobreza no Maranhão, apresentando dados que colocam em evidência o fenômeno, considerando-o enquanto uma questão social complexa e multidimensional.

É notório também que dentro dessa perspectiva, ao longo do tempo, certos comportamentos foram sendo imprimidos na gestão pública tanto estadual como municipal, essas ações, no entanto, colaboraram de forma significativa para um certo estabelecimento de padrões; como: a relação prefeito – população; a dependência de repasses federais e falta de organização social; a população não cobra de seus gestores, não se insere dentro do contexto crítico em que reconheça seus direitos e reivindique por eles ou seja, não tem participação e gestão política.

De acordo com o Censo de 2010,⁸⁹ no Maranhão existia uma população estimada em 6.569.683 habitantes. Destes, estima-se que 1.553.181 vivia na condição de extrema pobreza (23,64%). Atualmente possui 217 municípios, distribuídos em 05 mesorregiões e 21 microrregiões e localiza-se na região nordeste. Possui uma área de aproximadamente 331.936,949 km, ocupando o oitavo lugar de maior extensão entre os estados brasileiros. A população estimada para 2016 era de 7.000.229 habitantes.⁹⁰

Vale ressaltar que o censo demográfico é realizado pelo governo federal a cada 10 anos, sendo diagnosticado um panorama e resultados sobre a população. Contudo, para que se tivesse uma amostra mais atualizada foi criada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Tinha periodicidade anual, sendo publicado pela primeira vez em 1967 e teve sua última publicação em 2016 com informações referentes ao ano de 2015.

⁸⁸SOUSA, Maria do Socorro Alves de. A representação da questão social no programa comunidade solidária. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). A Comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001; p. 93.

⁸⁹INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2010; p.67

⁹⁰INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / Síntese Dos Indicadores Sociais, dezembro, 2017; p.47

Historicamente, o Maranhão tem se destacado por ser um dos estados com maior concentração de renda e concentração fundiária. Hoje, a maior parte da população pobre vive em áreas rurais, onde os latifúndios pertencem a um pequeno grupo de pessoas, o que evidencia os constantes conflitos no campo.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD registrou em 2012 que o Maranhão possuía o segundo pior IDH do país, sendo 0,639. Situado na 26ª posição do Ranking IDHM das Unidades da Federação, o índice que mais contribuiu para o resultado negativo seria o da Educação, registrando o número de IDH-E de 0,562.⁹¹

Dito isso, consideramos que um dos fatores que mais contribuem para a caracterização da pobreza em nosso Estado é a falta de políticas de valorização do ensino e dos profissionais da educação; é comum observarmos jovens fora do contexto escolar; esse fenômeno tem se destacado ainda mais nos centros urbanos, isso porque a inserção no mundo do trabalho (na maioria dos casos, trabalho informal) permite que esses jovens saiam cada vez mais cedo do âmbito escolar para ir em busca de oportunidades.

De acordo com o Censo de 2010 sobre o índice da educação, o Maranhão se destaca como um dos Estados com maior percentual de pessoas na faixa de 7 a 14 anos que se encontram fora da escola, sobretudo em áreas rurais, o que representaria 4%; sobre a média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais. O Maranhão apresenta média de 5,5 anos de estudo, estando abaixo da média do nordeste que tem 5,7 anos e do Brasil, que tem 6,9 anos de média.⁹²

Quando consideramos apenas a população maranhense de 25 anos ou mais de idade, no ano de 2010, observamos que 27,15% eram analfabetos, apenas 38,53% possuíam o ensino fundamental completo, 26,36% o ensino médio completo e, somente 5,43%, o ensino superior completo.⁹³

Esses dados confirmam que o Maranhão, ao longo dos anos, se destacou no cenário nacional com índices extremamente negativos, evidenciando um quadro de exclusão social generalizado, o que expressa que boa parte das famílias maranhenses não tem acesso à educação de qualidade, nem ao menos conseguem adentrar no contexto escolar, ou quando adentram não conseguem chegar a sua conclusão.

⁹¹PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013*. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Plaza, New York, 2013.

⁹²INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2010, p.81

⁹³Ibid, p. 100

Ainda com informações do Censo do ano de 2010, a renda *per capita* média do Maranhão era de R\$ 360,34. Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgada no mesmo ano, constatou-se que a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 era de 39,53% (a PPA de agosto de 2010). O que resulta em número considerável de maranhenses com renda insuficiente para garantir sua sobrevivência.⁹⁴

Observa-se nesse contexto que dentro do Estado a renda per capita média do maranhense é grande fator que implica na busca por melhores condições de remuneração; de certa forma essa busca resulta em pelo menos duas situações; uma é a sujeição do indivíduo a condições precárias do trabalho, que em muitos casos sai do Estado num contexto de (querer melhorar suas condições, mas acaba inserido numa trama enganosa que o coloca em ambientes precários de trabalho) e a outra questão que pontuamos e que para nós, será mais abordado posteriormente é a saída, o deslocamento dessa mão de obra para contextos de situação mais rentável do ponto de vista econômico.

Sobre os dados acima mencionados, observamos que o Estado do Maranhão, constitui-se num dos estados mais pobres do país, registrando números extremamente negativos em diversas dimensões que caracterizam a pobreza no contexto aqui estudado. Entende-se, portanto, que medidas para redução e enfrentamento da pobreza devem ser prioridade no Estado, assegurando o efetivo estabelecimento de programas sociais que garantam direitos da população e meios para obtenção de renda, empregos.

A seguir, destacaremos algumas das ações do Governo do Maranhão para combater os níveis de pobreza no Estado e pontuaremos como essas medidas pretendem contribuir para que o estado avance na diminuição dos índices negativos que afetam diretamente na situação de pobreza dos maranhenses.

3.3 Plano Mais IDH

O Plano Mais IDH é uma política pública estratégica do Governo do Estado, implantada no ano de 2015, pelo governador Flávio Dino, a partir do decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015. O objetivo é promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio da estratégia de

⁹⁴Ibid,p. 89

desenvolvimento territorial sustentável. O compromisso da gestão governamental é transformar a realidade do Maranhão e a vida dos maranhenses. De acordo com o documento produzido pelo IMESC, o plano será executado abrangendo:

I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II - ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios; III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcado em um modelo de desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles; V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.⁹⁵

Observamos que o plano Mais IDH optou pela seleção dos 30 municípios com menor IDH-M do Estado. Essas ações, de acordo com o plano, devem ser executadas de forma descentralizada e integrada possibilitando a participação do Estado, do município e da sociedade civil, valorizando a diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental.

O IDH calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o IPEA, realiza seus cálculos a partir de uma síntese de indicadores que mensuram a condição de vida das pessoas, levando em consideração o acesso a programas básicos de saúde, educação e renda média das pessoas.⁹⁶

Os 30 municípios escolhidos pelo Plano são de emancipação recente e têm uma média populacional estimada em 20 mil habitantes, localizada, em sua maioria, em áreas rurais e, altamente, dependem de transferências tributárias e de programas assistenciais. No quadro, a seguir, observaremos o *ranking* dos 30 municípios maranhenses de menor IDH-M, considerando o ano de emancipação e seus indicadores nas 3 dimensões calculadas (renda, longevidade e educação), de acordo com os dados divulgados pelo censo 2010.

Tabela 06. Ranking dos 30 municípios do Maranhão com menor IDH-M

⁹⁵IMESC, Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico preliminar / Instituto Maranhense de Estudos socioeconômicos e Cartográficos, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. São Luís, 2015.

⁹⁶IMESC, Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico Avançado: Sumário Executivo / Instituto Maranhense de Estudos socioeconômicos e Cartográficos. São Luís: IMESC, 2016.

<i>Ranking dos 30 municípios</i>							
Ran king	Município	Emancipação	População 2010	IDH-M 2010	IDHM-R /2010	IDHM-L /2010	IDHM-E /2010
01	Fernando Falcão	1994	9241	0.443	0.417	0.728	0.286
02	Marajá do Sena	1994	8051	0.452	0.400	0.774	0.299
03	Jenipapo dos Vieiras	1994	15440	0.490	0.445	0.766	0.346
04	Satubinha	1994	11990	0.493	0.450	0.720	0.369
05	Água doce do Maranhão	1994	11581	0.500	0.494	0.697	0.363
06	Lagoa Grande do Maranhão	1994	10517	0.502	0.480	0.731	0.360
07	São João do Caru	1994	12309	0.509	0.487	0.684	0.397
08	Santana do Maranhão	1994	11661	0.510	0.445	0.758	0.394
09	Arame	1988	31702	0.512	0.525	0.701	0.365
10	Belágua	1994	6524	0.512	0.417	0.707	0.455
11	Conceição do Lago-Açu	1994	14436	0.512	0.492	0.738	0.370
12	Primeira Cruz	1947	13954	0.512	0.448	0.722	0.414
13	Aldeias Alatas	1961	23952	0.513	0.500	0.720	0.374
14	Pedro do Rosário	1994	22732	0.516	0.475	0.696	0.415
15	São Raimundo do Doca Bezerra	1994	6090	0.516	0.478	0.700	0.410
16	São Roberto	1994	5957	0.516	0.475	0.738	0.391
17	São João do Soter	1994	17238	0.517	0.486	0.711	0.401
18	Centro Novo do Maranhão	1994	17622	0.518	0.508	0.717	0.382
19	Itaipava do Grajaú	1994	14297	0.518	0.456	0.726	0.419
20	Santo Amaro do Maranhão	1994	13820	0.518	0.454	0.738	0.416
21	Brejo de Areia	1994	5577	0.519	0.507	0.677	0.408
22	Serrano do Maranhão	1994	10940	0.519	0.440	0.735	0.433
23	Amapá do Maranhão	1995	6431	0.520	0.503	0.688	0.406
24	Araioses	1893	42505	0.521	0.497	0.709	0.402
25	Governador Newton Bello	1994	11921	0.521	0.509	0.718	0.387
26	Cajari	1925	18338	0.523	0.456	0.747	0.421
27	Santa Filomena do Maranhão	1994	7061	0.525	0.461	0.722	0.435
28	Milagres do Maranhão	1994	8118	0.527	0.465	0.764	0.413
29	São Francisco do Maranhão	1870	12146	0.528	0.503	0.733	0.400
30	Afonso Cunha	1959	5905	0.529	0.471	0.725	0.434

Fonte: IMESC, 2016. Adaptação Nossa

De acordo com o documento produzido pelo IMESC, esses municípios estão localizados em quase todas as regiões do Estado (Centro, Leste, Norte e Oeste), abrangendo as mais diversas populações indígenas, quilombolas e áreas de assentamento rurais.

Quando olhamos para a Tabela 06, observamos que o IDHM-E em todos os 30 municípios apresenta níveis de desenvolvimento baixo. Logo, entendemos que na área da educação, as políticas públicas não atingiram de forma satisfatória a população menos favorecida do estado, por isso entendemos os números acima como um reflexo da falta de valorização dos professores, falta de escolas dignas, índice de analfabetismo altíssimo e, com muitos jovens fora do contexto escolar.

Para o cálculo do IDHM-E são utilizados dois subíndices: escolaridade (o percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo) e frequência escolar (percentual de crianças de 5 a 6 anos de idade na escola; o percentual de adolescentes de 11 a 13 anos em finais do ensino fundamental ou com

fundamental completo, e o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com o ensino fundamental completo).⁹⁷

Em decorrência do resultado negativo, o Plano surge como uma meta para retirada dos maranhenses do contexto de abandono. Através de ações integradas com as demais secretarias e órgãos do Estado busca combater a pobreza por meio de seis eixos de trabalho, sendo eles: educação, saúde e saneamento, produção e renda, Infraestrutura, gestão e participação popular, gênero, raça e juventude.

Observamos que suas ações são realizadas em municípios pontuais, desta maneira não abrange o território o município de Arari-MA; entendemos que dessa forma, por parte do Governo Estadual não existe uma política efetiva de geração de renda e emprego no município, assim como não existem programas voltados para dinâmica da Agricultura Familiar; para que se garanta a permanência dos trabalhadores dentro do território.

Do ponto de vista do combate a pobreza, entendemos se tratar de uma política importante para melhoria dos índices do Estado; apesar dos limites dentro do programa. Desta forma observamos dentro da política do Plano mais IDH, o município de Arari-MA não é contemplado com nenhuma ação de política pública. Isso de certa forma refletirá na decisão do trabalhador de se deslocar para outros lugares em busca de emprego.

3.4. Plano Estadual de erradicação da pobreza extrema

O Plano Estadual de erradicação da pobreza extrema prevê ações a serem realizadas no período de 2011 a 2014, pautadas em três eixos principais: transferência de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

De acordo com a Cartilha *O Maranhão entra na rota da erradicação da pobreza extrema*,⁹⁸ publicada no ano de 2011 pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES, os Eixos do Plano Estadual (Inclusão Produtiva; Garantia de Renda; Acesso a Serviços Públicos) visavam atingir boa parte do território do estado. Entretanto, seu público alvo eram as pessoas em situação de pobreza extrema. Uma das primeiras estratégias adotadas, no contexto do plano, foi a *Busca Ativa*, que seria

⁹⁷Ibid; p.43

⁹⁸ SEDES. O Maranhão entra na rota de Erradicação da Pobreza Extrema. 2011; p; 10.

coordenada pela SEDES e pelas secretarias municipais de assistência social. Dessa forma, seriam selecionadas as populações em situação de risco.

A Cartilha publicada pela SEDES destacava algumas ações a serem realizadas pelo Governo, entre os anos de 2011 e 2012. Aqui serão apresentadas algumas destas políticas, sendo nossa fonte principal, a cartilha publicada pelo Governo através da SEDES.

O Projeto *Quilombosan*, tinha por objetivo promover o direito à alimentação adequada às populações de comunidades tradicionais oriundas de quilombos, no município de Colinas – MA, principalmente os usuários do Programa Bolsa Família e inscritos no CADUNICO, promovendo segurança alimentar e nutricional, com inclusão produtiva e preservação ambiental.

O Programa *Bolsa Capacitação* consistia na concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 50,00, para um membro da família (maior de 18 anos), beneficiária do Programa Bolsa Família, condicionada à sua participação em cursos de qualificação profissional, oferecidos pelo Governo do Maranhão ou outros parceiros institucionais. Esse projeto tinha área de abrangência a todos os 217 municípios do Estado, sendo as secretarias municipais de Assistência Social responsáveis pelo Programa.

Acesso a água no campo seria um projeto coordenado pela SEDES, e consistia na construção de reservatórios hídricos, tanto para consumo humano, como para produção de alimentos. O público alvo seriam famílias de baixa renda que não possuíam acesso a água encanada. O *Viva Cidadão* consistia em um serviço de acesso a documentação básica, cujo objetivo era fortalecer o exercício da cidadania, facilitando o acesso da população a serviços públicos de qualidade.

Observamos que a cartilha enumera várias políticas públicas adotadas por diversas secretarias e órgãos específicos do Estado para combate da extrema pobreza no Estado, contudo, não apresenta dados sobre a situação dessa população. Nem meios efetivos que apresentem informações para elevação dos índices de pobreza. Observamos também que seus programas funcionam a partir de ações pontuais, que não garantem autonomia dos Maranhenses; mas certa dependência dos programas assistencialistas; é claro que reconhecemos a importância desses programas; no entanto não encontramos nas duas políticas públicas analisadas, meios efetivos que garantam geração de renda e emprego para essas pessoas.

É certo que esses programas visam áreas com maior percentual de extrema pobreza, no entanto, consideramos importante a abrangência para outros lugares do

Estado; como veremos a seguir, um dos principais motivadores dos deslocamentos dentro do município de Arari-MA é a falta de geração de emprego dentro da cidade; uma vez que não encontram meios para se manter, para sobreviver, decidem pelo deslocamento para outros estados do Brasil.

CAPÍTULO 4. POBREZA E DESLOCAMENTOS NO MUNICÍPIO DE ARARI/MA – Estudo de Caso.

Neste capítulo analisaremos um dos impactos da pobreza no Maranhão: os sujeitos que realizam o movimento de deslocamento para outros lugares. Identificaremos quem são as pessoas que se deslocam, assim como seu perfil socioeconômico e os motivos pelos quais saem, avaliando os sentidos e aspectos dessa pobreza que expulsa os indivíduos de seus lugares e famílias. Discutiremos um pouco sobre a categoria deslocamento - conceitos e tipos existentes. Avançaremos, explorando alguns aspectos da História Local, a fim de traçar um quadro situacional do município de Arari.

Por fim, destacamos alguns dados referentes às condições socioeconômicas dos moradores de Arari, situando, principalmente, quanto aos aspectos que contribuem para o deslocamento dos moradores do município. Para tanto, recorreremos ao método da História Oral, explorando os testemunhos dos moradores locais, os denominados *trecheiros*. Foram 17 entrevistas com indivíduos do município que realizam ou já realizaram o de deslocamento de Arari-MA.

4.1 Os Sentidos de Deslocamentos

O número de deslocamentos em todo o mundo é um fenômeno que sempre existiu na humanidade. Por alguns anos as pessoas deixaram seus locais de origem para ir em busca de sobrevivência, moradia, paz, alimento, melhoria na qualidade de vida, fugindo de guerras, perseguições, conflitos, e diversas outras motivações. Recorrer a esse fato inerente ao ser humano é fundamental para que tenhamos uma atitude de compreensão dos sujeitos envolvidos nesse processo, bem como das situações e relações.

De acordo com IBGE, a mobilidade populacional sofreu significativas mudanças tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. Esse fenômeno foi perceptível a partir da década de 1980, quando se observou que os movimentos que tinham como características básicas as migrações para os grandes centros passaram a ter como destino as cidades médias. Essas migrações também eram realizadas em uma curta duração de tempo e os deslocamentos pendulares ganharam ainda mais

importância, deixando de ser um fenômeno estritamente metropolitano, passando a se manifestar em cidades médias do interior do país.⁹⁹ Como destaca relatório do IBGE:

No âmbito brasileiro, é possível identificar que, a partir da década de 1980, os deslocamentos de população iniciam uma fase de mudanças no sentido das correntes principais, com antigos espaços de atração migratória perdendo expressão. Rompe-se o processo bipolar da distribuição espacial no Brasil, que se mantinha desde o início do século XX. De modo que surgem novos eixos de deslocamentos. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil envolvendo expressivos contingentes populacionais onde se destacam: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; ii) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na região nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do país; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná.¹⁰⁰

Observamos que os estudos apontam para um processo de resignificação dos movimentos populacionais, isso porque a mobilidade tem sido objeto de diferentes interpretações e significados ao longo do tempo, atribuindo-se perspectivas a partir dos modelos no qual são estudados. Diante disso, consideramos importante expor algumas das mais importantes linhas explicativas que discorrem a respeito da mobilidade espacial da população.

Segundo Olga Maria Schild Becker, até os anos 1970, o fenômeno migratório era considerado a partir de uma visão neoclássica, percebido a partir de uma visão descritiva e dualista. Ou seja, os movimentos migratórios eram estudados a partir dos fluxos demográficos, dando significativa ênfase nas características individuais dos migrantes. Dessa maneira, a decisão de migrar era percebida em virtude de uma atitude pessoal, racional e inerente a cada indivíduo que optava por esse movimento. Não se levava em consideração os fatores externos e socioeconômicos que poderiam produzir essa decisão.¹⁰¹

⁹⁹IBGE. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil, Estudos e Análises; Rio de Janeiro – RJ, Brasil; 2011.

¹⁰⁰Ibid. Grifo nosso.

¹⁰¹BECKER, Olga M. S. Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In. CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto L. Explorações Geográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 319-367.

Na metade dos anos 1970, entretanto, o fenômeno passou a ser considerado e estudado sob a perspectiva neomarxista que considerava, sobretudo, as influências do modelo capitalista de produção que produzia um movimento de retirada, partida, retorno e trajetos que se realizam em torno do processo de globalização. Ainda nessa concepção, os relatórios produzidos pelo IBGE nos censos demográficos dos anos de 2000 e 2010 também apontam a natureza teórica e conceitual sobre os movimentos populacionais.

De acordo com o IBGE, um dos mais importantes autores que defendem a abordagem neoclássica da migração é o teórico Everett S. Lee. Segundo este autor, os sujeitos decidem, optam por migrar, sendo uma decisão inerente, racional do sujeito que migra. Lee define migração como uma “mudança permanente ou semi-permanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna”.¹⁰²

A partir dessas explicações não se tem uma preocupação clara sobre as conjunturas que envolvem a mobilidade espacial das pessoas. A abordagem neoclássica preocupa-se em fazer uma análise descritiva e setorial do fenômeno, desdobrando-se a partir do enfoque casual, isolado e pontual das migrações, sobretudo ao considerar como mais significativa as características individuais dos migrantes.

Na abordagem neomarxista, de acordo com o relatório, destacam-se o pensamento do economista Paul Singer que aponta o fenômeno migratório como sendo social, sofrendo interferência dos meios externos, principalmente dos processos do mundo global que influenciam na decisão de migrar. Assim, a migração funciona como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital. A preocupação gira em torno do processo, considerando a importância do trajeto dos grupos sociais, seus múltiplos significados, suas saídas, retornos, períodos, enfim, tudo que envolve o processo da migração, sendo relevantes as transformações ocorridas ao logo dessa trajetória no tempo e espaço.¹⁰³

Essas duas categorias de análise colocam em oposição os fatores que seriam condicionantes para explicação do processo de migração. Porém, hoje é consenso que os diversos processos de deslocamento que surgiram no mundo carecem de conceitos fixos

¹⁰²LEE, 1980, P.99 *Apud* IBGE, 2011.

¹⁰³IBGE. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil, Estudos e Análises; Rio de Janeiro – RJ, Brasil; 2011.

que expliquem as múltiplas variedades que são apresentadas nesses movimentos e suas diversas formas de relação com os sujeitos. Por isso,

Os estudos sobre deslocamentos populacionais desde muito vêm despertando o interesse de várias áreas do conhecimento, sendo, portanto, enfocados com base em diversos olhares. Todavia, essas abordagens estariam gerando um paradoxo: os estudos derivados da Antropologia, Demografia, Economia, Sociologia, História e Geografia estenderam seus domínios de interesse, cobrindo um leque amplo de padrões histórico e contemporâneo dos movimentos de população. Contudo, os modelos explicativos existentes seriam aplicáveis a contextos particulares ou preocupações conceituais, parecendo ser incapazes de integrar as diversas formas de manifestação do fenômeno migratório, ambientes históricos e perspectivas disciplinares.¹⁰⁴

Ao longo dos tempos, vários outros estudos foram sendo aprimorados, mas essas duas vertentes sempre estiveram em meio aos principais debates sobre os estudos de mobilidade. É certo que hoje, muitos autores consideram incapaz de se empreender o processo de mobilidade a partir dos pressupostos das teorias neoclássica e marxista. Tais abordagens não conseguem abranger todas as variedades que foram e são realizadas de movimentos populacionais.

Assim, entendemos ser oportuno destacar com quais pressupostos teóricos estamos entendendo o processo de deslocamento no estudo de caso realizado neste trabalho. Para tanto, faremos uma rápida diferenciação dos processos de migração, deslocamento pendular, migração temporária. Existem diferentes terminologias para caracterizar processos de mobilidade populacional. Aqui destacaremos alguns que se complementam e em alguns momentos se assemelham.

Para as autoras Brunet, Ferras e Théry em se tratando das populações humanas, são necessárias fazer uma distinção entre migrações periódicas e migrações definitivas. Nesse sentido, é necessário considerar o tempo destinado nas duas situações. As migrações temporárias, realizadas por períodos de tempo, podem ser cotidianas ou bicotidianas, sendo aqueles movimentos realizados no espaço intermunicipal ou local, enquanto as migrações temporárias são realizadas em virtude do trabalho e seriam classificadas como “pendulares”.¹⁰⁵

¹⁰⁴SIMMONS, 1991, *Apud* IBGE, 2011.

¹⁰⁵IBGE, *Op cit.*

Já os autores Moura, Castello Branco e Firkowski, destacam que entre os autores que analisam os movimentos populacionais mais recentemente não há uma denominação única para se referirem aos deslocamentos desta natureza, referindo-se à “migração” em certos momentos e a “movimento” em outros. Muitos excluem o termo migração, por se tratar de uma dinâmica que envolve um deslocamento diário e que, portanto, não envolve a fixação definitiva em outro lugar. Ainda nesse sentido as autoras apontam que, apesar de serem movimentos que impliquem fluxos de pessoas no território, a natureza dos deslocamentos pendulares difere da compreendida pelos movimentos migratórios por não estabelecerem fixação permanente no local.¹⁰⁶

Conforme destaca Becker, o termo migração pode ser definido como “mobilidade espacial da população, sendo assim um *mecanismo de deslocamento populacional*”¹⁰⁷ que alteram os espaços e configuram aspectos novos do ponto de vista da territorialidade.

A migração temporária seria aquela realizada por um determinado período, normalmente caracterizada por uma finalidade específica, quase sempre o trabalho ou estudo. Por isso, observamos que o deslocamento pendular também se assemelha em certos pontos com a migração temporária uma vez que também é a saída do seu local de origem para outro lugar para uma finalidade específica que envolve saída e retorno frequente.

Sobre nosso estudo, observamos que a melhor terminologia a ser empregada seria o de deslocamento temporário, embora não deixe de ser uma migração temporária, pois os processos de mobilidade populacional quase sempre são determinados por um tipo de “deslocamento”, forçado ou espontâneo. Conforme Vasconcelos destaca “São inúmeros os tipos de deslocamentos populacionais e migrações, podendo variar nas formas, durações e escalas, e realizados nas mais diversas épocas e lugares, tornando-se, assim, importantes para a construção histórica de qualquer espaço”.¹⁰⁸

Com base nesse constructo, observamos que dos 17 moradores de Arari entrevistados que se deslocaram para trabalhar em outros lugares, 15 voltavam no período de folga que era designado a cada 3 meses. Também verificamos que após o

¹⁰⁶MOURA, Rosa, BRANCO, Maria L. G. C, FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos. São Paulo em Perspectiva. Vol. 19, n. 4, 2005.

¹⁰⁷BECKER, Olga M. S. *Mobilidade Espacial da população*: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÉA, Roberto L. Explorações Geográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 319-367.

¹⁰⁸VASCONCELOS, Valtemira M. Migração e pendularidade: as consequências de atração da população para o município de Toritama. DISSERTAÇÃO/Mestrado. Recife: 2012; p.56

período de realização do trabalho que, normalmente, durava um ou dois anos, todos os entrevistados retornavam para Arari. Para Gaudemar, esse fenômeno também é concebido como mobilidade do trabalho, e consiste em situação característica do capital, conforme fragmento seguinte:

A mobilidade do trabalho constitui-se, em condição necessária, senão suficiente da gênese do capital e indício de seu crescimento; expressa na (re) produção da força de trabalho, em sua utilização no processo produtivo, em sua circulação espacial e ocupacional, e em sua liberação que compreenderia tanto a transformação do campesinato em trabalhadores assalariados rurais e/ou urbanos quanto à constituição de camadas intermediárias. Configura-se, portanto, como fruto das estratégias de diversos agentes sociais, entre eles o Estado e as empresas, para moldar mercados de trabalho regionais.¹⁰⁹

Muitos que realizaram o processo de deslocamento de Arari, na verdade todos os entrevistados, foram em busca de trabalho residiam em alojamentos com os demais trabalhadores que sempre eram inclusos no ambiente do trabalho. Valtemira Vasconcelos afirma que, para ser denominado como migração é necessário que haja mudança de moradia, sendo que os deslocamentos pendulares não necessariamente envolvem esse tipo de mudança fixa, considerada por alguns autores como um tipo de migração pendular. Conforme destaca, no meio científico a terminologia ainda aponta grande diversidade:

O “aumento” no número de postos de trabalho por uma dada indústria, ou mesmo um polo industrial, localizado em uma determinada cidade, pode levar muitas vezes *a atração de população, de outras localidades, que busca emprego*, muitas vezes escassos em seus lugares de origem. Esta população se dirige em busca desses postos ofertados por essas indústrias que necessitam de mão-de-obra abundante e barata em sua maioria [...].¹¹⁰

Observamos que um dos fatores que impulsionam esse movimento pendular é a oferta de postos de trabalho em outras localidades; ocasionando o deslocamento de pessoas para se inserirem no contexto do trabalho; uma vez inseridos, começam a

¹⁰⁹GAUDEMAR, Jean Paul. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial, 1976. 405p, p.87.

¹¹⁰VASCONCELOS, Valtemira M. Migração e pendularidade: as consequências de atração da população para o município de Toritama. DISSERTAÇÃO/Mestrado. Recife: 2012. P.45; Grifo nosso.

praticar o movimento de ida e retorno. Dessa maneira os “movimentos pendulares” ou “deslocamentos pendulares”,¹¹¹ que o correm hoje em dia são motivados em sua maioria por busca de emprego e educação de qualidade, não sendo mais característicos dos grandes e médios centros urbanos.

O município de Arari-MA, por se tratar de um lugar pequeno e interiorano se enquadra nessa descrição, uma vez que encontramos de acordo com IBGE,¹¹² cerca de 60% da população total se deslocando em virtude do trabalho e estudo em outros lugares; normalmente cidades próximas. Antes, contudo, de tratarmos das experiências de deslocamentos de moradores de Arari é necessário uma apresentação do lugar.

4.2 Arari e a História Local

O Município de Arari-MA, localiza-se na região norte do Estado e faz parte da mesorregião norte maranhense e da microrregião geográfica da Baixada Maranhense. O município tem 1.105,74 km² com população estimada em torno dos 28.488 habitantes. De acordo com documento publicado em 2013 pelo IMESC, os primeiros habitantes do município foram índios pescadores denominados de *ararymas*, a primeira interiorização no território foi remetida a portugueses e africanos no ano de 1723.¹¹³

No ano de 1864, Arari foi elevada a categoria de município, adquirindo emancipação e autonomia política apenas no ano de 1938. Seu território, banhado pelo rio Mearim, sempre foi rota de circulação para embarcações que abasteciam o município, e, por muito tempo, constituiu-se como único meio de transporte entre o município e a capital. Observa-se nesse contexto que a interferência do homem sempre aconteceu no ambiente físico e natural do município, por muito tempo e até hoje, uma das principais fontes de subsistência é a pesca.¹¹⁴

De acordo com o PNUD, da população total, 50,25% é composta por homens e 49,75% por mulheres e, do total de habitantes, 61, 37% residem na zona urbana e 38,63% na zona rural.¹¹⁵

¹¹¹ MOURA, Rosa, CASTELLO BRANCO, Maria, FIRKOWSKI, Olga Lúcia. Op Cit, p.123.

¹¹² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo Demográfico, 2010; p.120

¹¹³ IMESC. Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: microrregião geográfica da Baixada Maranhense/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – São Luís: IMESC, 2013.

¹¹⁴ CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Rio de histórias e de lágrimas: rio Mearim, cidade de Arari (Maranhão/Brasil) e seus ribeirinhos. *Caminhos do Rio*. Edições Colibri. C. M. Torres Vedras. Inst. Alexandre Herculano, 2019, P. 59-72

¹¹⁵ PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Arari-MA. 2013

As causas do crescimento da população urbana é resultado, em parte, do crescimento da cidade em direção à rodovia e da influência da Ferrovia Carajás, cuja estação fica a, aproximadamente, 30 quilômetros da sede municipal, possibilitando o deslocamento da população rural, dentro de Arari e para outros lugares.

De acordo com Patricia Benezath Herkenhoff, a distribuição de água em todo território não é igual, por isso, a fonte que se encontra acessível para cada comunidade varia, na zona rural. Esse problema é ainda mais evidente, pois nessas áreas não constam um sistema de captação, tratamento e abastecimento de água. Nesse caso, as comunidades costumam ser abastecidas por fontes próprias, como poços artesanais e açudes, normalmente córregos afluentes do rio Mearim.¹¹⁶

O município de Arari é muito conhecido pela produção de melancias, chegando à estimativa de colheita de 30 toneladas da fruta ao ano. Para o consumo próprio e regional, muitas famílias mantêm a criação de animais de pequeno e grande porte, como suínos, bovinos, etc. Mas, pela abundância de água no local, a região é grande consumidora de peixes, sendo ele uma das principais fontes de alimento e fonte de economia, pois muitos pescadores vendem o produto na cidade.¹¹⁷

Assim como na região da Baixada Maranhense, parte da população do município de Arari tem suas atividades relacionadas ao setor agropecuário, sendo ele o segundo mais influente na base da economia local em termos de valor agregado.¹¹⁸ Para subsistência e fornecimento local é possível encontrar na zona rural plantação de frutas favoráveis à região e produção de mel e, atualmente, também se encontra uma considerada produção de mandioca e arroz.

Em 2010, o PIB de Arari somou R\$ 108, 965 milhões, representando 0,24% do PIB Estadual, ocupando a 64ª posição no *ranking* da produção dentro do estado. Dentro do panorama das contribuições, estima-se que o setor de serviços injetou R\$66,255 milhões na economia municipal, incluindo o setor de comércio local. O setor agropecuário somou R\$ 30, 200 milhões e o industrial R\$ 9,929 milhões. A renda *per capita* da população alcançou R\$ 308,83. No do *ranking* do estado situa-se na 24ª posição em comparação aos 217 municípios.¹¹⁹

¹¹⁶HERKENHOFF, Patricia Benezath. *Aproveitamento de água da chuva para complementação no abastecimento das escolas de ensino fundamental do município de Arari – MA*. Monografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

¹¹⁷PEREIRA, Hélon Mota – *Possibilidades de desenvolvimento turístico sustentável a partir do atrativo fluvioamarítimo pororoca, em Arari-Ma*. Dissertação, 2015.

¹¹⁸INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Arari: Maranhão-MA;2010.

¹¹⁹Ibid; p.45

O Índice de Desenvolvimento Humano no Município, de acordo com censo realizado em 2010, é de 0,626, colocando o município na faixa de desenvolvimento humano considerada média (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribuiu para elevação do IDHM é a longevidade com índice de 0,764, seguida de renda, com índice de 0,587, e de educação, com índice de 0,546.¹²⁰

Observamos diante do exposto que os números do PIB arrecadado e do IDHM do município são bastante expressivos e significativos quando comparados aos outros municípios, de modo que consideramos um município de grande potencial para receber incentivos de valorização da população e para criação de mecanismos de geração de renda, emprego e até aperfeiçoamento da mão de obra da população.

A pecuária no município se desenvolve através de práticas extensivas e semi-extensivas; essa atividade tem representatividade significativa na economia local. Dentre os produtos de origem animal destacam-se a produção de leite e ovos de galinha, chegando juntos a arrecadar R\$ 684 mil ao ano.¹²¹

A pesca no município é voltada para o consumo e a comercialização, sendo realizada nos lagos e no Rio Mearim. No município há piscicultura praticada pelos pequenos produtores, com cerca de 150 pisciculturas que chegam a produzir 12 toneladas por ano de pescado, sendo vendidos para outros municípios. No município existem pelo menos 4.200 pescadores que integram a colônia de pescadores.¹²²

Outra importante fonte de renda dentro do município é o comércio que é responsável pela maior arrecadação juntamente com o setor de serviços. O comércio é varejista e atacadista, sendo principalmente do gênero alimentícios, possuindo supermercados, feiras, mercados e pequenos comércios.

Sobre a educação no município, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, nos mostra que a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 96,62%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 85,73%. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 45,45%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 29,19%. Sendo que a estrutura etária da população de acordo com o último censo é descrita da seguinte maneira: 8.473 da população, 29,74%

¹²⁰PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Arari-MA. 2013

¹²¹ IMESC Op Cit, p.23

¹²²Ibid; p.27

possui menos de 15 anos; 18.118, ou seja, 63,60% tem entre 15 a 64 anos e, apenas 1.897 pessoas possuem 65 anos ou mais, correspondendo a 6,66% da população.¹²³

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, apenas 3,47% estavam cursando o ensino superior em 2010. Observamos que os números revelam uma significativa falta de mecanismos que gerem o aperfeiçoamento e atrativo escolar para população jovem, pois faltam cursos profissionalizantes, faltam incentivos ao ensino superior e aperfeiçoamento do ensino de modo que seus talentos dentro do contexto escolar sejam direcionados à melhoria do município.

Esse ponto é bastante recorrente nas entrevistas que coletamos; muitos dos entrevistados colocaram como Motivos de sua saída para outros lugares à falta de cursos profissionalizantes, de oportunidade e de Emprego; esses fatores contribuem decisivamente para o processo de deslocamento da mão de obra expressivamente masculina para os *Trechos*.

Observamos também que em sua maioria os trabalhadores desempenham funções que não são efetivamente desempenhadas dentro do município de Arari-MA, normalmente relacionadas ao contexto da construção civil, de trabalhos braçais. A Seguir, identificaremos alguns desses trabalhadores, assim como suas trajetórias.

4.3 Os “Trecheiros” de Arari e suas Trajetórias

Neste tópico, optamos pela realização de um estudo sistêmico sobre o processo de deslocamento dos trabalhadores do Município de Arari por meio do método da pesquisa de campo que consistiu na observação da realidade das famílias, assim como na obtenção de entrevistas com os sujeitos que realizam ou já realizaram o movimento de saída e retorno para outros lugares. As entrevistas serão tratadas a partir da perspectiva dos estudos da História Oral, que considera o relato, a fala, a oralidade como importante documento para História.

Nesse sentido, para a Historiadora Verena Alberti, a vantagem de se trabalhar com a história oral consiste no fato de que sua utilização amplia as possibilidades de interpretação a respeito de uma determinada ação no passado. Em seus estudos é evidente que essa ferramenta é de extrema importância para o processo de reconstrução histórica.¹²⁴ A Fonte oral pode acrescentar à historiografia uma narrativa viva, trazendo

¹²³PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Arari-MA. 2013.

¹²⁴ALBERTI, Verena. *Ouvir contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

novas perspectivas a cerca do fato histórico, esse recurso vem, ao longo do tempo, evoluindo ao ponto de se tornar uma prática importante na escrita histórica da contemporaneidade. Assim, é importante que o uso da entrevista aconteça sobre temas vivenciados numa época não muito distante dos fatos. Sobre isso Verena Alberti diz:

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas *contemporâneos*, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos.¹²⁵

Dessa maneira, observamos que a história oral, centra-se na memória humana e na sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do que vivenciou; “É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.”¹²⁶

Não é somente a lembrança de certo indivíduo, mas de um sujeito que ao mesmo tempo em que representa o individual se insere no coletivo, pois esta envolta no contexto familiar, social, de tal forma que suas lembranças são permeadas por interferências coletivas. Para Maurice Halbwachs, toda memória é coletiva, constituindo-se como elemento essencial de identidade, da percepção de si e dos outros.¹²⁷

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar e perpetuar lembranças, vivências, impressões daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar suas experiências, sua memória com a coletividade, permitindo um conhecimento muito mais elaborado, dinâmico das situações que, de outra forma, não conheceríamos. A história oral pode ser entendida como.

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar

¹²⁵ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

¹²⁶THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

¹²⁷HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004; p.85

acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.¹²⁸

Empregando essa metodologia, fomos atrás dos sujeitos que historicamente praticaram e ainda praticam processos de deslocamentos no município de Arari-MA, se autodenominam como “trecheiros” e saem em busca de trabalho e melhores condições para sua sobrevivência. Foram realizadas 17 entrevistas durante o período de 15 a 16 de Junho de 2019. Durante a pesquisa de campo também observamos a condição socioeconômica dos entrevistados, aplicando questionário com 8 perguntas a respeito do seu estilo de vida.

Para Artur Boligian Neto, “trecheiros” seriam aqueles trabalhadores que se deslocam entre diferentes regiões do país para se enquadrarem no contexto do trabalho, normalmente associado à construção civil.¹²⁹ Ainda nessa perspectiva, Silva e Santos destacam que a migração do trecheiro é uma das consequências do crescimento do desemprego estrutural. Dessa forma, os trabalhadores passam a fazer uso de diferentes estratégias em busca de emprego. A migração que antes ocorria de modo definitivo e de longa duração passou a ser substituída pelos movimentos de deslocamento pendulares, ou seja, a saída de sujeitos que passam a executar trabalhos temporários, percorrendo vários trechos em busca de trabalho.¹³⁰

A utilização do termo ‘trecho’ e da designação ‘de trecheiro’ ganha sentido singular na leitura dos próprios protagonistas. Significados que só podem ser apreendidos por quem compartilha de experiência, e não por quem está de ‘fora’. Produzem para si um vocabulário que funciona como signos de distinção, que marcam sua condição de estar em transito.¹³¹

Essa particularidade de deslocamento no Brasil é possível ser observada em várias localidades, sobretudo em regiões do Norte e Nordeste, seu diagnóstico é feito pela tentativa de conseguir emprego em outro estado ou cidade, uma vez que seu lugar de origem não lhe proporciona meios adequados para sua empregabilidade. Desta forma

¹²⁸ALBERT, Op Cit; p.52

¹²⁹NETO, Artur Boligian. Mobilidade do Trabalho no processo de verticalização residencial no bairro Gleba Palhamo em Lonfrina-PR. XVIII Encontro Nacional de geógrafos; São Luis-MA. 2016, p.20

¹³⁰SILVA, Antonio Carlos Ribeiro, SANTOS, Cristina Souza dos. *Trecheiro: O Migrante em busca do Trabalho*. Monografia. São Cristóvão –SE, UFSE, 2011; p.45.

¹³¹SOUZA, Ana Maria de. Trabalho, migração e modos de existência nômades. X encontro nacional de historia oral. UFPE- centro de filosofia e ciências humanas, 2010. p.5.

a constante incerteza de inserção no mercado de trabalho funciona como fator que impulsiona a frequente mobilidade em busca de emprego, sendo que os trecheiros não possuem qualquer enraizamento sócio-cultural para os lugares de destino. Ao serem questionados sobre a terminologia muitos responderam já conhecer sua significância e se auto-reconhecerem como praticantes desses movimentos.

Trecheiro é aquele, aquele ditado que o pessoal fala que anda no trecho, né, que sai (...) sai de sua cidade pra outra cidade pra trabalhar, aí chama trecheiro; olha, quem trabalha em barragem é barrageiro, né ? Eu trabalho mais em barragem (...) na função de mecânico(...) a profissão mesmo de carpinteiro eu deixei, pra mim não dá¹³².

Outro entrevistado também nos apresentou sua compreensão sobre o termo trecheiro:

Já, já tinha uma ideia, uma noção, assim, não tinha uma ideia. Mas, é o cara, o rapaz que me levou na época, ele me procurou me ensinar mesmo e eu botei na cabeça aquilo ali, eu comecei a gostar da função e hoje o que eu sei é só essa, entendeu? Então eu gosto demais, apesar de que é ruim assim, que a gente fica longe da família, entendeu?(...) a pior das questões é essa, porque a sua família praticamente é a família que você convive lá fora, sabia? Essa [viagem] agora da República Dominicana, eu passei oito meses, durante oito meses eu passei 10 dias em casa. Ô, cinco dias em casa, entendeu? Cinco dias aqui, que aí eu já tinha que voltar de novo, de vez. Então é ruim por causa disso aí, que a folga que a gente tem não compensa pra gente. Convive mais com as pessoas estranhas do que com nossa própria família.¹³³

Os dois entrevistados já tinham uma ideia sobre a significância do termo, muitos já eram familiarizados, pois já conheciam pessoas ou familiares que já haviam trabalhado nos trechos e que praticavam esse movimento. Ainda sobre o trecho, o entrevistado 2 acrescenta que sua saída era seguida por retornos que aconteciam a cada 3 meses. Sobre as dificuldades, o entrevistado aponta que a distância da família consistia em fator que pesava mais; seus dias de folga e retorno para casa não compensavam, pois segundo o mesmo consistia em pouco tempo para aproveitar a família.

¹³²Parte da entrevista realizada com Antônio José Barros. Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

¹³³Parte da entrevista realizada com João Henrique de Sousa Maciel e Hilton Cesar Pereira Moreira. Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

Observamos que esse movimento consiste também num imaginário coletivo dos que vão, aqueles que ficam; configurando-se numa cultura estabelecida por todos aqueles que já tiveram suas experiências no trecho.

Sobre o perfil dos trecheiros que foram entrevistados no município de Arari, observamos que dos 17 entrevistados, todos são do sexo masculino, embora possuam mulheres que também realizem esse movimento. O nível de escolaridade dos entrevistados organiza-se desta maneira: 23,52% chegaram a concluir e estudar apenas até o fundamental menor (que corresponde hoje ao 1º ao 5º ano); 17,64% concluíram e estudaram apenas até o fundamental maior (correspondente a 6ª ao 9º ano); 52,94% concluíram e estudaram até o ensino médio (antigo segundo grau); apenas 5,8% possuem o ensino superior. No questionário que fizemos com eles, também tinha a opção (não estudou), porém nenhum entrevistado marcou a opção. Sobre essa situação verificamos que muitos dos entrevistados relacionam a sua saída em busca do trabalho logo após a conclusão do ensino médio.

Percebemos que muitos dos entrevistados relataram que saíram porque não havia outras oportunidades na cidade. Não havia trabalho, cursos profissionalizantes ou algo que pudesse oferecer permanência dentro do município. Perguntado sobre como surgiu a ideia de sair, muitos alegaram que *“Na verdade, falta de oportunidade aqui, que nós não temos emprego em nosso município, e apareceu essa oportunidade e eu fui”*.¹³⁴ Outros apontaram que

*A ideia, é que eu tinha um cunhado que ele já trabalhava né, aí ele procurou quem queria ir; já tinha terminado os estudos, aí eu fui, terminei o segundo grau, aí eu fui com ele, aí de lá para cá não parei mais, vim parar agora, que ficou ruim, né, aí parei ta com, 2014 para cá eu não sair mais.*¹³⁵

A partir do exposto, observamos que a saída para os trechos era motivada principalmente em virtude da falta de oportunidades, falta de emprego; inexistente no município, pelo menos para mão de obra desempenhada por esses entrevistados; muitos relataram que para o ofício desempenhado por eles, Arari não disponibilizava de postos de trabalho na área da construção civil; mecânica. Caldeiraria; supervisão de obras.

¹³⁴Parte da entrevista realizada com Josué de Jesus Silva. Entrevista Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

¹³⁵Parte da entrevista realizada com Manoel da Conceição. Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

Desta forma, observamos que todos os 17 entrevistados desempenhavam seus ofícios nessas áreas. Mas, dentre todas as falas, a mais marcante foi a do Sr Manoel da Conceição, como podemos ver a seguir:

*A ideia mais ou menos eu tinha, porque meus irmãos sempre trabalharam na área industrial, sempre trabalharam fora, desde que alcançaram os 18 anos, alguns **em termo de estudo finalizaram o primeiro grau, segundo grau** e sem opções de trabalho, precisávamos nos manter, aí não tinha, nosso estado não proporciona isso pra gente, um emprego, nada, não tinha curso técnico na época e pela necessidade nos obrigamos a sair à procura de emprego; a primeira vez que eu fui foi para São Paulo no ABC Paulista, lá é o berço da área industrial lá, e lá que eu vou procurar uma profissão que me adequava mais, a profissão que geralmente a gente procura em termo de remuneração e uma profissão que a gente não se mata muito, que não seja braçal. Mas a minha primeira experiência, assim, não foi boa, porque eu imaginava outra coisa, então, fui pro Sul, Sul frio na época, eu cheguei e fazia muito frio mesmo e aqui no Nordeste o calorão, né, então já não foi bom para mim adequar ao clima, em termo da remuneração eu entrei de ajudante, e não é a área que eu to atuando hoje, era ajudante de eletricista, entendeu, eu passei pouco tempo, passei três meses 90 dias e retornei, na época era um emprego, nessa época tinha uma tal de terceirização rápida, era para finalizar uma atividade lá e eu fui chamado; mas depois disso eu já sai varias vezes e hoje em dia eu sou encarregado de solda, eu fui pra área de solda.¹³⁶*

Observamos a partir da fala do entrevistado, que a saída para o trecho era um processo presente dentro do âmbito das famílias, ou seja, seus irmãos já haviam saído para o trecho e compartilhado memórias, situações que passaram a fazer parte também do seu trajeto, interessante perceber que muitos ao concluírem o segundo grau já tinham como opção a saída para o trecho, de acordo com o entrevistado o Estado não disponibilizava nenhum curso profissionalizante para aperfeiçoamento dos Jovens, e pela necessidade, acabava sendo em suas palavras “obrigado” a sair; aqui vale ressaltar que muitos saíam e não tinham uma experiência nesse contexto, não detinham uma formação, então a própria profissão foi apreendida nesse contexto do Trecho.

Inseridos no trabalho, eles detinham meios para seu aperfeiçoamento nas áreas que tinham vagas para o trabalho; de acordo com o entrevistado acima o processo com ele se deu desta forma: Assim que começou seu trajeto no trecho, ele trabalhava como ajudante, em sua primeira experiência de trabalho no trecho ele recebia como ajudante

¹³⁶Parte da entrevista realizada com Manoel da Conceição. Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

de eletricitista, hoje em dia, ele nos conta que das diversas vezes que saiu desempenhou várias atividades e Hoje, sua área de atuação é como encarregado de solda.

Sobre a faixa de idade dos entrevistados, 41,17% possuem entre 25 a 45 anos; 58,82% está com idade entre os 45 a 60 anos. Quanto a cor/raça dessas pessoas, 3 se autodenominaram pretos, 7 pessoas de autodenominaram de brancas e 7 pessoas responderam serem pardas. Dos entrevistados, 14 são casados e possuem filhos; 2 estão solteiros e 1 é divorciado.

Sobre a naturalidade dos entrevistados, observamos que 90% são nascidos no município de Arari, fato que comprova a tendência contemporânea, na qual grande parcela dos migrantes desloca-se para estados vizinhos (normalmente das regiões Sul e Sudeste), com o objetivo de retornar para seu local de origem após o período do trabalho (que dura em torno de 1 a 2 anos).

Esses trabalhadores percorrem o trecho de acordo com as ofertas de trabalho existentes em outros estados. E esse movimento começa a ocorrer, sobretudo, após a eclosão de obras instauradas nas grandes cidades do Brasil nos anos 2000. Os lugares e trajetos percorridos há uma predominância dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Bahia. 80% dos entrevistados já realizaram, em média 10 deslocamentos. Outros disseram que *“Umás 14, 15 vezes ou mais, né, porque desde 88; eu vim parar agora, esses anos que eu não sai mais, na falta do serviço, né, as vezes eu vinha passava 1 mês, 2 e voltava”*.¹³⁷ E outros foram mais longe:

*Na média umas 18 vezes, muitos estados eu conheci, eu conheci o Estado do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Goiás, Maranhão, que eu já trabalhei no estado do Maranhão, então era esses estados e Minas há 3 anos atrás eu trabalhei na obra de, nessa barragem lá de Brumadinho, eu trabalhava na obra do lado em Itabira, eu trabalhei lá 8 meses; aí depois lá, eu vim trabalhar agora nessa paradinha aí, eu passei três anos parado.*¹³⁸

Acima encontramos fala do entrevistado que praticou o processo de deslocamento 18 vezes; percorrendo uma variedade de Estados, como: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Goiás e até dentro do Maranhão. Nesse contexto, observamos que seus trajetos se deram por lugares

¹³⁷ Parte da entrevista realizada com Enivaldo Prazeres, Joel Martins Neves e Moises Silva. Realizada no Município de Arari no dia 16/06/2019.

¹³⁸ Parte da entrevista realizada com Erasmo Lopes. Realizada no Município de Arari no dia 16/06/2019.

Muitos dos deslocamentos se iniciaram na década de 1990, acentuando-se fortemente durante os anos 2000, impulsionado pelas grandes obras realizadas durante o governo Lula e Dilma. Nas entrevistas percebemos o saudosismo com que os trabalhadores falavam do período. Dos 17 entrevistados, apenas 3 estavam no período de folga e ainda continuavam no trecho; os 14 restantes estavam desempregados e sem perspectiva de emprego dentro do Município de Arari. Perguntados sobre como eram as viagens que realizavam, os entrevistados pontuavam bem suas impressões sobre as mudanças políticas no Brasil:

*Olha na verdade de 89 pra 2010 foi bem diferente de 2010 pra cá, certo, atual. De 89 a 2010 só se vce tivesse dinheiro para viajar de avião, certo, e as passagens eram bem caras, hoje não uma passagem de avião é bem barata, você compra até no cartão, parcelado, não é verdade, então já de 2010 pra cá que foi o ano que o **ex Presidente Lula** ainda era, era muito diferente; você era chamado, você ia, tinha vaga em avião com rico você sendo pobre de dinheiro, né, de dinheiro. Mas hoje, hoje ta muito diferente, antes não, antes você ia de ônibus, comendo o que tinha em beira de estrada em restaurante, comida boa, comida ruim () pois é, existe muito essa diferença de antes para hoje.¹³⁹*

Na fala do entrevistado acima, observamos que houve um período característico de efervescência das grandes obras, conseqüentemente de muitos empregos e muita gente empregada; é de destaque na fala do entrevistado a referência aos Governos do Ex Presidente Lula; nessa época, segundo ele tudo era mais diferente, pobre tinha vaga em avião com o Rico, as empresas davam passagens áreas, providenciavam tudo para que o Trabalhador não se preocupasse com nada.

Nos anos iniciais da sua trajetória, o entrevistado nos conta que você saia por conta própria “ia aventurar” em busca de trabalho. A partir dos anos 200 a realidade mudou, passou a melhorar; contudo, ele encerra sua fala caracterizando que hoje existe muita diferença do que era a saída para o trecho.

Outros, no entanto, apontavam as singularidades de cada viagem:

Varia muito também, as vezes eles mandam buscar, né, com passagem, ônibus, tudo já pago, as vezes tem pessoas que vai só, tem que bancar tudo, tem empresa que já paga a hospedagem, né, também de um tempo pra cá que as empresas assumiram mais, no tempo de 2000, já era Lula?

¹³⁹Parte da entrevista realizada com José Ribamar. No município de Arari no dia 16/06/2019

Pois é, 2002, 2003 até 2008, até quando Dilma assumiu também em 2011, tinha muito emprego nesses estados, as empresas saiam em busca, atrás de trabalhadores, né, pras obras, foi um tempo bom de emprego, então normalmente como a frente de serviço () era muita, todos os estados, as empresas que estavam precisando de mão de obra, era só mandar currículo ou então já tinha algum colega lá, tinha já arranjado com a empresa e daí a empresa mandava as passagens, mandava muita passagem de avião, né, a gente já ia para os outros Estados já fichado, praticamente fichado, esse era o tempo, mas como estou te dizendo nesse período aí, a partir de 2011 até 2015, era muito bom, né, de lá pra cá as empresas não mandam mais passagem assim não,() agora o trabalhador banca tudo, paga sua passagem e vai se aventurar, a frente de serviço em São Paulo, Rio de Janeiro que normalmente era de 100%, agora não ta mais, não tem nem 10% de trabalho, de obra.¹⁴⁰

O entrevistado acima, através de suas vivências reitera que no anos 2000, no Tempo de Lula, até os Governos da Dilma tinha muito emprego; nos estados ao Sul e Sudeste, as empresas saiam atrás dos trabalhadores; eles passavam a ser chamados, convidados a trabalhar em certa localidade; de lá pra cá, o entrevistado nos conta que agora as empresas não manda mais passagens, o Trabalhador tem que bancar suas viagens; idas e retornos. Ainda na fala de alguns destacamos que normalmente as empresas que custeavam tudo, inclusive passagem para retornar para casa, normalmente depois da conclusão de 3 meses; Dado super relevante consiste na declaração que o entrevistado faz no sentido de destacar que no passado as frentes de trabalho eram quase de 100% (se você saísse, poderia garantir seu emprego) hoje, contudo esse número não chega nem a 10%.

Todos os entrevistados relataram que o trabalho era de carteira assinada e, dentre as funções desempenhadas, 10 trabalhavam na construção civil como pedreiros, caldeireiros e serviços gerais; 4 tinham uma função mais elevada desempenhando o cargo de encarregado ou supervisor (aquele que coordena uma equipe no trabalho), e 3 trabalhavam na área da montagem e mecânica. Os salários variavam de acordo com a função desempenhada, porém todos recebiam mais do que um salário mínimo: “Essa ultima vez aí meu salário era R\$ 2,495,00 na carteira, mas isso daí é na carteira, aí você tem aquela coisa, sempre em obra, na empresa a gente faz hora extra e o salário aumenta e bem”.¹⁴¹Outros lembraram o que receberam em 1988: “Ah, assim que eu comecei era

¹⁴⁰ Entrevistas Realizadas Com Moradores do município de Arari que não disponibilizaram seus nomes para divulgação no trabalho.

¹⁴¹Parte da entrevista realizada com Hilton Cesar Pereira Moreira. Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

em cruzeiro, né, em 88 (...) hoje, a função que eu trabalho hoje, na carteira a gente ganha R\$ 2.800,00 R\$ 3.000,00 depende da empresa, né, agora mesmo a que eu tava, eu tava com R\$ 2.600,00 que era em Belo Monte”.¹⁴² E todos mencionaram a carteira assinada:

*Dessa ultima vez que a gente foi aí, a gente tava na carteira com R\$ 2.400,00, isso porque era numa barragem, alto risco, mas aqui no Maranhão, no Maranhão eles, a mão de obra aqui eles castigam mesmo, o salário da mão de obra aqui é fraquíssimo; o sindicato não ajuda, nessa hora não tem sindicato, os caras se vendem por qualquer coisa, aqui no maranhão não é fácil.*¹⁴³

Todos os trabalhadores que realizaram o processo de deslocamento do município saíram em virtude da falta de emprego em Arari, e depois desse processo, por mais que voltem, não existem oportunidades que garantam renda para essas pessoas. Muitos deles já esperam a próxima oportunidade para sair, pois a única atividade econômica que desempenham se encontra nos trechos. O próprio município é maior beneficiário, uma vez que o salário desses trabalhadores também se desloca para as famílias que aqui vivem. Todos os 17 entrevistados falaram que depositam o dinheiro mensalmente na conta da família, seja a dos pais, das esposas ou dos parentes mais próximos.

O Município de Arari nessa perspectiva carece de políticas públicas de geração de renda e emprego para os moradores locais, muitos sobrevivem através da comercialização, ou prestam serviços dentro do município, mas não existe, por parte da gestão pública, um projeto ou uma política que vise garantir oportunidades de desenvolvimento econômico, principalmente para população.

Com o cenário atual, muitos dos entrevistados se questionaram sobre sua sobrevivência no município, uma vez que não estão mais inseridos no contexto do trabalho e não enxergam oportunidades dentro de Arari. Percebemos uma nítida fragilidade nesses homens diante da falta de emprego.

¹⁴²Parte da entrevista realizada com Manoel da Conceição Rêgo. Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

¹⁴³Parte das entrevistas realizadas com Hilton Cesar, Manoel da Conceição e Camilo Carlos Chaves. Realizadas no município de Arari no dia 15/06/2019

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a pobreza no Estado do Maranhão se manifesta a partir de determinadas dimensões que caracterizam a situação de pobreza da população e entendemos que a falta de acesso a educação de qualidade, a moradia adequada, ao saneamento básico, falta de emprego e saúde, implicam, decisivamente para que os sujeitos se encontrem em situações adversas, ocasionando determinadas ações em busca da melhoria na qualidade de vida.

Observamos que na contemporaneidade, vários pesquisadores têm se dedicado para compreender a persistência desse fato no Brasil e no Estado do Maranhão. Para isso, foi fundamental que neste trabalho buscássemos aportes para explicitar os conceitos de pobreza, uma vez que entendemos que o fenômeno consiste em tema complexo.

Entendemos que a persistência da pobreza no Estado do Maranhão tem a ver com seu processo de formação. Identificamos que, por muito tempo, o Estado sofreu com abandono e diferentes formas de negligência, seja pela falta de políticas públicas ou mesmo pela forte manutenção das desigualdades, observadas a partir da forte concentração de terras, falta de mobilidade na gestão estadual, (por muitas décadas governado por um único grupo político), forte concentração de renda e falta de geração de empregos.

As políticas públicas adotadas entre 2012 a 2017 têm seu papel importante no que confere a projetos de adoção de medidas para o combate da pobreza e melhoria dos índices de desenvolvimento, no entanto, observamos que se esse Programas, concretamente, não impactaram a vida das populações pobres, como a do município de Arari, o que dizer das que estão em condições de extrema pobreza no Estado.

Como consequência, identificamos que a abrangência dessas políticas se dá de forma limitada, uma vez que escolhe municípios ou territórios para aplicar suas ações. No Plano Mais IDH, observamos a escolha dos 30 municípios com menor IDHM; no Plano Estadual para erradicação da pobreza extrema, apesar de ser uma política que busca ofertar ações para todo Estado, identificamos que os grupos prioritários são, normalmente, populações do contexto rural e famílias inseridas nos programas de transferência de renda do governo federal.

Dito isso, observamos que o Município de Arari-MA não deteve participação em muitos dos programas ofertados nem tampouco recebeu incentivo para adoção ou oferta

de empregos dentro da cidade. Reconhecemos, contudo, que essa é uma das principais situações que ocasionam a saída de trabalhadores do município para outros Estados e municípios.

Em nosso estudo de caso, verificamos que dentro desse contexto, muitos moradores têm enxergado o deslocamento como única opção para obtenção de renda. Sobre as principais fontes de riqueza dentro do município de Arari-MA, observamos que o setor de serviços e comércio, seguido pelo setor agropecuário são os que mais arrecadam para elevação do PIB *per capita*, ou seja quanto a média das famílias possui em termos de riquezas.

Por fim, consideramos que a pobreza e o deslocamento no Maranhão têm se constituído como fenômeno presente há muito, mas só recentemente esses processos têm se intensificado, seja pela falta de oportunidades no lugar de origem, ou pelo contexto nacional que não tem garantido oportunidade de trabalho e renda para população, de forma que eles precisam procurar e aceitar o trabalho que “aparecer” para sua sobrevivência.

6. REFERÊNCIAS.

OBRAS DE REFERENCIAIS

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

BECKER, Olga M. S. *Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos*. In: CASTRO, Iná E. de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto L. *Explorações Geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O Ofício de historiador*. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURK, Peter Id. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução por Nilo Odália. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

IBGE. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*, Estudos e Análises; Rio de Janeiro – RJ, Brasil; 2011.

NASCIMNETO, Talita de Sousa. *Evolução da Pobreza no Estado do Maranhão: análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio com recortes de 1993 a 2008*. São Luís: UFMA, 2010.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O Debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais*. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.6, n.2, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Pobreza e suas diferentes expressões: questões teórico-conceituais e empíricas*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza*. 2013

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP/Ed.34, 2001.

VASCONCELOS, Valtemira M. *Migração e pendularidade: as consequências de atração da população para o município de Toritama*. DISSERTAÇÃO/Mestrado. Recife: 2012.

FONTES IMPRESSAS

Caderno com *principais resultados do Plano BSM*, Publicado pelo Ministério de Desenvolvimento Social no ano de 2015.

IMESC. *Enciclopédia dos Municípios Maranhenses*: microrregião geográfica da Baixada Maranhense/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – São Luís: IMESC, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA-IBGE. Arari: Maranhão-MA;2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / Síntese Dos Indicadores Sociais, dezembro, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Maranhão, Cidades; 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2015.

Plano Brasil sem Miséria. Governo Federal. 2011.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Arari-MA. 2013.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2017*. - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas. – Brasília: PNUD, 2017.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013*. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Plaza, New York, 2013.

SOUZA, Ana Maria de. *Trabalho, migração e modos de existência nômades*. X encontro nacional de historia oral. UFPE- centro de filosofia e ciências humanas, 2010; TELES, Vera da Silva. A cidadania inexistente: Incivilidade e Pobreza. Tese de Doutorado, USP, 1992.

WORLD BANK. *A qualidade do crescimento*. Washington: Banco Mundial, 2001. Disponível em http://www.obancomundial.org/index.php?action=/content/view_documento&cod_object=1512. Acesso em: 23 de Abril de 2019

FONTES MANUSCRITAS

Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 19 de Abril de 2012. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 23 de Novembro de 2013. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

Jornal O Estado do Maranhão; reportagem do dia 28 de Novembro de 2012. Jornal retirado da Plataforma Digital (apenas para assinantes)

Parte da entrevista realizada com Enivaldo Prazeres, Joel Martins Neves e Moises Silva. Realizada no Município de Arari no dia 16/06/2019.

Parte da entrevista realizada com João Henrique de Sousa Maciel e Hilton Cesar Pereira Moreira. Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

Parte da entrevista realizada com Miguel Lima Costa, Manoel da Conceição e Josué de Jesus. Realizada no Município de Arari em 15/06/2019.

Parte da Entrevistas Realizada com Moradores do município de Arari que não disponibilizaram seus nomes para divulgação no trabalho. Realizada em 16/06/2019.

Parte das entrevistas realizadas com Hilton Cesar, Manoel da Conceição e Camilo Carlos Chaves. Realizadas no município de Arari no dia 15/06/2019

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUNCIATO, K. M.; FRANCO, C. *Análise dos principais indicadores de pobreza e desigualdade social de Mato Grosso do Sul*. Revista Uemanet de Contabilidade, v. 6, n. 11, 2017.

ARAUJO, Cleonice Correia, BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. *A pobreza no Maranhão: determinantes ideopolíticos*. UFMA, 2011.

BARCELLOS, Tanya M. JARDIM, Maria de Lourdes de. Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambú–MG, 2008, p.305.

BURKE, Peter. *Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro*. In. *A Escrita da História: novas perspectivas/ Peter Burke (org.); Tradução de Magda Lopes* – São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALONGA, Maurilio Dantielly. *O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história*. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CODES, Luíza Machado de. *A Trajetória do Pensamento Científico sobre a Pobreza: em direção a uma visão Complexa*. Texto para Discussão, n. 1332, IPEA, 2008.

CUNHA, Hermeneilce Wasti Aires Pereira. *Caracterização sócio-ambiental do rio Mearim na cidade de Arari-MA*. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2003.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Rio de histórias e de lágrimas: rio Mearim, cidade de Arari (Maranhão/Brasil) e seus ribeirinhos. *Caminhos do Rio*. Edições Colibri. C. M. Torres Vedras. Inst. Alexandre Herculano, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GAUDEMAR, Jean Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial, 1976.

GUERRA, Alexandre, POCHMANN, Márcio, AMORIM, Ricardo (orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo; Cortez, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HERKENHOFF, Patricia Benezath. *Aproveitamento de água da chuva para complementação no abastecimento das escolas de ensino fundamental do município de Arari – MA*. Monografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

JESUS, L. Q, ARAUJO, R, GUSMÃO, S. *Uma análise da economia brasileira nas décadas de 1990 e 2000: os impactos e ressonâncias da economia internacional no brasil*. 2011.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

LE GOFF, Jaques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOURA, Rosa, BRANCO, Maria L. G. C; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. *Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos. São Paulo em Perspectiva*. vol. 19, n. 4, 2005.

NETO, Artur Boligian. *Mobilidade do Trabalho no processo de verticalização residencial no bairro Gleba Palhamo em Lonfrina-PR*. XVIII Encontro Nacional de geógrafos; São Luis-MA. 2016.

PEREIRA, Héilton Mota – *Possibilidades de desenvolvimento turístico sustentável a partir do atrativo fluviomarítimo pororoca, em Arari-Ma*. Dissertação, 2015.

RAIBE, Sônia Miriam. *Qualidade de vida e reforma de programas sociais: O Brasil no cenário latino-americano*. Lua Nova. São Paulo, n.31; 1993.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya *O Desenvolvimento como expansão de capacidades*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo: Marco Zero, n. 28/29; 1990.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro, SANTOS, Cristina Souza dos. *Trecheiro: O Migrante em busca do Trabalho*. Monografia. São Cristovão –SE, UFSE, 2011.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. *Os Programas de Transferência de Renda enquanto estratégia atual de enfrentamento à pobreza no Brasil: o Programa Bolsa Família*, 2006.

SOUSA, Maria do Socorro Alves de. *A representação da questão social no programa comunidade solidária*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). *A Comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: FALCON, Francisco José Calazans. *História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ANEXOS

Questionário Socioeconômico

Perfil do Entrevistado.

- **Nome:** _____ (Opcional)

- **Sexo:** () M () F

- **Nível escolaridade:**
 - () Fundamental Menor
 - () Fundamental Maior
 - () Ensino Médio
 - () Superior
 - () Não estudou

- **Faixa de idade:** () 18-24 () 25-45 () 45-60

- **Cor/Raça:** () Preta () Branca () Amarela () Pardo

- **Renda familiar:** _____

- **Estado Civil:**
 - () Casado (a)
 - () Solteiro (a)
 - () Divorciado (a)

- **Profissão:** _____
- **Local de Nascimento:** _____

Roteiro da Entrevista

Entrevistado: _____ (Opcional)

1. **Você alguma vez saiu de Arari para trabalhar fora?**
2. **Quando foi o primeiro deslocamento? em que ano? (Saída do Município para outro)**
3. **Como surgiu a ideia de sair para de Arari?**
4. **Como foi essa decisão de sair? Por que você decidiu sair?**
5. **Quais os Motivos que fizeram você sair para outro Lugar?**
6. **E família? Você é casado(a)? Como a família recebeu a notícia de que você iria sair de Arari?**
7. **Você lembra quantas vezes você saiu (se deslocou) de trabalho?**
8. **Lembra da primeira vez que saiu? Como foi a partida? Qual Destino?**
9. **Como foi a viagem? Foi de ônibus?**
10. **Saiu em busca de quê? Foi sozinho?**
11. **Quais os percursos percorridos?**
12. **Quais Dificuldades na viagem?**
13. **E como foi a chegada no lugar?**
14. **Fale do trabalho nesses lugares.**
15. **Tinha carteira assinada?**
16. **O que você fazia nesse tabalho?**
17. **Recebia quanto?**
18. **E hoje como está sua vida?**